

MARIANA SILVA DE PAIVA

**A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL E OS DESAFIOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO NO ESCRITÓRIO
LOCAL DA EMATER EM MURIAÉ-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2012

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

P149p
2012

Paiva, Mariana Silva de, 1981-

A política nacional de assistência técnica e extensão rural e os desafios para a sua efetivação no Escritório Local da EMATER em Muriaé-MG / Mariana Silva de Paiva. – Viçosa, MG, 2012.

xiii, 74f. : il. (algumas color.) ; 29cm.

Orientador: Marcelo Miná Dias

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 70-74

1. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Muriaé (MG). 2. Extensão rural. 3. Assistência técnica. 4. Agricultura familiar. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

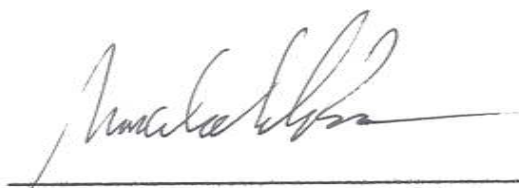
CDD 22. ed. 630.7

MARIANA SILVA DE PAIVA

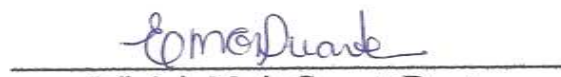
**A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL E OS DESAFIOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO NO ESCRITÓRIO
LOCAL DA EMATER EM MURIAÉ-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 30 de novembro de 2012.



Marcelo Leles Romarco de Oliveira



Edivânia Maria Gourete Duarte



Marcelo Miná Dias
(Orientador)

A todos os engenheiros-agrônomos e agricultores
que acreditam na agroecologia como ferramenta de transformação.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Moisés e Graça, por todo amor e torcida pela minha vitória.

À minha irmã Anita, sempre muito solícita em todos os momentos, inclusive no dia da minha defesa.

À minha irmã Cristina, a qual me ensinou que o conhecimento é a ferramenta do sucesso.

Ao meu cunhado Paulo Nilson, o qual, juntamente com minha irmã Cristina, sempre me recebeu em sua casa nas minhas horas de “lamentos acadêmicos”.

Ao professor Marcelo Miná Dias, o qual tem minha admiração pela sua forma paciente e sábia de orientar.

Aos membros da banca, professor Marcelo Romarco e professora Edivânia Maria Gourete Duarte, pela disponibilidade e atenção.

À turma do Programa de Mestrado Interinstitucional (Minter): Valéria, Júlio, Gilson, Ellen, Margareth, Chiquinho, Vilma, Mauro, Tadeu, Cuco, Angélica, Sílvia, Leila e Elson, meus colegas que riram e choraram comigo e que sempre terão minha amizade.

À querida professora Ana Louise Fiúza, a qual, com todo seu profissionalismo, abraçou o programa Minter e se tornou apoio fundamental para cada um de nós.

Aos colegas Carlos Miranda, Maria Elisabeth e Maurício Lousada, responsáveis pelo sucesso da parceria entre a Universidade Federal de Viçosa e o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tornou essa parceria possível.

Aos secretários do Departamento de Economia Rural da UFV, Carminha, Anísia e Romildo, os quais, além de exercerem papel fundamental de apoio acadêmico, ainda ofereciam palavras amigas e sorrisos de incentivo.

Aos meus colegas de IF-Sudeste MG Campus Muriaé, os quais me apoiaram e entenderam minhas ausências.

Ao Coordenador Regional da EMATER-MG, Paulo Alexandre e ao extensionista Ricardo Tadeu Galvão, os quais me abriram as portas da Instituição e me apoiaram nas informações documentais.

Aos extensionistas do Escritório Local da Emater de Muriaé, público-alvo desta pesquisa, os quais compreenderam os objetivos do trabalho e disponibilizaram tempo e atenção ao relatar suas experiências.

A Deus, nosso verdadeiro mestre.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE GRÁFICOS	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	x
ABSTRACT	xii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Metodologia da pesquisa	4
2. A EXTENSÃO RURAL, A PNATER E SUAS QUESTÕES	7
2.1. As transformações no campo e as mudanças na ação extensionista	7
2.2. Construção do problema de pesquisa	8
2.3. O Escritório Local da EMATER-MG em Muriaé	10
2.4. A extensão rural e suas mudanças recentes	11
2.4.1. A PNATER de 2003 a 2012	18
2.4.2. A agroecologia e o desafio da sua aceitação na PNATER	23
2.4.3. A nova extensão rural e seu desafio metodológico	26
3. PERCEPÇÕES SOBRE A PNATER NO ESCRITÓRIO LOCAL DA EMATER DE MURIAÉ, MG	29
3.1. Breve caracterização da agricultura no município de Muriaé	29
3.2. Estrutura e ações do Escritório Local de Muriaé da EMATER-MG	34
3.3. A PNATER e o cotidiano dos extensionistas do Escritório Local	41
3.4. A PNATER no Escritório Local de Muriaé e os desafios para sua efetivação ...	49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente no município de Muriaé entre 1970 e 2010 (mil habitantes).....	29
Tabela 2 - Políticas públicas (programas e projetos) em execução no município de Muriaé.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de estabelecimentos agropecuários no município de Muriaé, de acordo com o tamanho da área.	31
Gráfico 2 - Origem da orientação técnica no município de Muriaé.	33

LISTA DE SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural

ASPTA – Assessoria a Serviços e Projetos de Agricultura Alternativa

ASSOCENE – Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia

CMDS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNATER – Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

CNDR – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNM – Confederação Nacional dos Municípios

CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia

DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Food and Agriculture Organization

FASER – Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Público do Brasil

FNSA – Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura

FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

IBRACE – Instituto Brasil Central

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MIN – Ministério da Integração Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

ONG – Organização Não-Governamental

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil

RESUMO

PAIVA, Mariana Silva de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2012.
A política nacional de assistência técnica e extensão rural e os desafios para a sua efetivação no Escritório Local da EMATER em Muriaé-MG. Orientador: Marcelo Miná Dias.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) assim como a Lei n.º 12.188, de 11 de janeiro de 2010, conhecida como lei de Ater, são documentos resultantes de um processo participativo de intensas discussões entre representantes de organizações de movimentos sociais, organizações sindicais, ONGs, entidades de assistência técnica e extensão rural e suas representações. Esses documentos propõem mudanças na assistência técnica e extensão rural como a adoção da agricultura de base ecológica e das metodologias participativas como referencial das ações dos agentes responsáveis por esse serviço, visando resultar em um rompimento com a prática difusionista do passado e dar origem a uma “nova extensão rural”. Nesse contexto, este trabalho parte do pressuposto de que o extensionista que busca colocar em prática os princípios orientadores da PNATER deve ter conhecimentos sobre os seus campos de ação, de modo a qualificar sua prática. Também é necessário que esse tenha suporte institucional (recursos e legitimidade conferida por sua organização de Ater à política) para que consiga efetivar as orientações da PNATER em seu cotidiano de atuação. Esta pesquisa é sobre esse cenário, diante de uma realidade específica, o Escritório Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), do município de Muriaé em Minas Gerais, e teve como objetivo analisar o cotidiano desse escritório em relação aos recursos e às condições para a efetivação da PNATER, a partir da percepção de sua equipe, considerando as perspectivas educacional/dialógica e ecológica. Como metodologia, foi realizada uma revisão de literatura para dar suporte a uma descrição da atuação da EMATER-MG no município de Muriaé, MG, como na agricultura familiar presente neste. Fez-se uma análise da trajetória do Escritório Local com os depoimentos dos extensionistas, assim como por meio de questionários, análise de documentos, observação participante e aplicação de uma dinâmica participativa inspirada na técnica de grupo focal. Dessa forma, foi possível concluir que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural está presente no cotidiano do Escritório Local da EMATER de Muriaé de forma

pouco significativa, não estando próxima de ser efetivada. A equipe de extensionistas sabe que mudanças estão acontecendo e não se negam em adequar a essas, mas afirmam que a realidade proposta no documento será possível somente por meio de maior investimento em programas de capacitação, estruturação dos escritórios locais e ampliação do quadro de pessoal.

ABSTRACT

PAIVA, Mariana Silva de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, November, 2012.
The national policy for technical assistance and rural extension and the challenges to its implementation at the local office of EMATER Muriaé-MG. Adviser: Marcelo Miná Dias.

The Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (The National Policy for Technical Assistance and Rural Extension), as well as the Law n. 12188 of January 11, 2010, known as the Ater law (Assistência Técnica e Extensão Rural – Technical Assistance and Rural Extension), are the result of a participatory process of intense discussions among representatives of social movements and union organizations, Non-Governmental Organizations (NGOs), and institutions of technical and Rural Extension and its representations. Both are proposing changes in technical assistance and rural extension, as the adoption of agriculture on ecological basis and participatory methodologies as referential for agents actions responsible for this service, aiming to result in a break up with past diffusionist practice and generate a "new rural extension". In this context, this work is based on that the extensionist, seeking to put into practice the guiding principles of PNATER, must have knowledge about their action fields in order to qualify their practice. It is also needed to have institutional support (resources and legitimacy conferred by Ater organization to the policy) to accomplish the PNATER guidelines in their daily activities. This work is an investigation on this scenario facing a specific reality, the local office of Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER (Company for Technical Assistance and Rural Extension of the State of Minas Gerais), of Muriaé municipality, Minas Gerais State (MG), Brazil. It aimed to analyze the resources routine and the conditions for PNATER's effectiveness from its team perception, considering the educational/dialogical and ecological perspective. As methodology, literature review was used to support a description of the EMATER-MG performance in Muriaé municipality-MG, as well as to family farming present in this municipality. This description joined the testimonies of extensionists allowing an analysis of the local office's trajectory; other data were obtained through questionnaires, document analysis, participant observation, and the application of a participatory dynamic under the focus group technique. Thus, it was found that the presence of The

National Policy for Technical Assistance and Rural Extension in the local office routine of EMATER/Muriaé is insignificant, and that it is not close to be carried out. The extensionist team know that changes are happening and not refuse to conform to them, and say the reality in the proposal document will be possible only through greater investment in training programs, structuring local offices, and the expansion of staff.

1. INTRODUÇÃO

A extensão rural no Brasil ao longo de sua história sempre passou por reorientações em suas ações, métodos e público. Com isso, o extensionista do serviço público de assistência técnica e extensão rural, principal ator social responsável por esse serviço, desenvolveu seu trabalho acompanhando mudanças propostas por novos planos, programas e normas da instituição, geralmente determinados pela necessidade de implementação de políticas públicas. Uma mudança recente no trabalho desses agentes se deu com o surgimento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), fruto de intensos debates entre representantes de organizações de movimentos sociais, organizações sindicais, ONGs, entidades de assistência técnica e extensão Rural e suas representações e gestores públicos, principalmente os dos quadros do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O processo de discussão culminou na Lei n.º 12.188, de 11 de janeiro de 2010, conhecida como Lei de Ater, em que consta, entre outras recomendações, a “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis” e a “adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública” (BRASIL, 2010). A partir disso, perceberam-se fortes mudanças na orientação do enfoque da extensão rural pública brasileira, demandando dos agentes de extensão rural, na visão de Caporal e Ramos (2006, p. 1), “[...] uma nova postura de trabalho, um novo papel e um novo perfil, além de uma atuação baseada em métodos e técnicas que estimulem a participação”.

Contudo, o que se espera de uma política pública é a sua efetivação e impactos positivos. A efetivação da PNATER depende da “capacidade de legitimar-se diante de seus principais interessados [...] e de convencer a sociedade e os governos a criarem as condições para que [...] esse tema não seja mais deixado de fora das agendas políticas daqui por diante” (DIAS, 2008, p. 110).

A estrutura institucional das entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural e a adaptação do perfil dos extensionistas para que se tornem “facilitadores das ações” são preocupações relevantes frente à necessidade da coerência entre uma política que foi concebida e formulada, de modo participativo, e o que está realmente sendo planejado, disponibilizado, em termos de recursos, e executado, ou seja, o ambiente de

implementação depende de uma série de elementos políticos e contextuais para que a teoria prevista e afirmada na formulação da política ofereça condições para que os agentes de extensão rural trabalhem em prol do que é proposto pela PNATER (MENICUCCI, 2007).

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) tem como missão “promover o desenvolvimento sustentável por meio da assistência técnica e Extensão Rural assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira”. Como visão, busca “ser reconhecida pela sociedade como a melhor empresa de assistência técnica e extensão rural na promoção do desenvolvimento rural” (EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – EMATER-MG, 2011, p. 9). No Estado de Minas Gerais existem 786 escritórios locais, que atuam com recursos dos governos estadual e federal (especificamente do Ministério do Desenvolvimento Agrário) e de convênio com as municipalidades, além de uma parcela oriunda de cobrança de serviços e produtos.

Esta pesquisa se justifica por ser a PNATER uma política que exige – ou, no mínimo, recomenda – uma mudança na atuação do extensionista que trabalha no serviço público. Essa, de acordo com as orientações que emanam da política, deve acontecer no sentido de dar condições aos agricultores de poderem produzir sem criarem dependência em relação ao uso de pacotes tecnológicos e insumos externos, conscientizando-se sobre a preservação e aproveitamento racional dos recursos ambientais. O agente de Ater deve, de acordo com a normatização da PNATER e da chamada Lei de Ater, agir de forma dialógica com o agricultor, unindo conhecimentos que resultarão em práticas sustentáveis. Esse conjunto de recomendações, que tem origem em movimentos históricos que reivindicam, desde a década de 1970, revisões nas concepções e práticas da extensão rural no Brasil, foi definido por Caporal e Costabeber (2004, p. 84), como uma “Nova Extensão Rural”:

O marco teórico para uma Nova Extensão Rural deverá orientar-se pela busca contínua de estratégias que impulsionem padrões sócio-econômicos culturalmente desejáveis, apoiados na evolução histórica dos grupos sociais em sua coevolução com o ecossistema em que estão inseridos [...] a prática extensionista deverá ser desviada de seu histórico difusionista e dar lugar a uma prática social baseada na aprendizagem, isto é, na construção de saberes adequados para impulsionar estilos de agriculturas e manejo dos recursos naturais capazes de estabelecer patamares crescentes de sustentabilidade.

Um dos pressupostos dessa “Nova Extensão Rural” é que as instituições de Ater teriam que passar por uma reorientação institucional, uma reformulação nos objetivos, metas, missão organizacional e requalificação de seu quadro de pessoal. Ao fazer uma análise sobre a extensão, pode-se referir a Freire (1983), o qual afirma que essa é, essencialmente, um processo educativo de diálogo e comunicação que seu conceito corresponde a um “que-fazer educativo libertador”. Para esse autor, o extensionista deve ser como um especialista que atua sobre a realidade que imediatiza os agricultores. Aliado ao caráter educativo da extensão rural, em uma perspectiva construtivista, outro fundamento da PNATER é a “agricultura de base ecológica”. Desse modo, como argumentam Paulus et al. (2000, p. 10), “[...] o grande desafio que se coloca para uma agricultura de base ecológica é o de produzir sem comprometer a preservação ou a renovação dos recursos naturais ao longo do tempo”. Para esses autores, atingir esse propósito exige o conhecimento dos fundamentos essenciais, como o enfoque de sistema, a consideração do solo como organismo vivo e dinâmico, o manejo ecológico de parasitas e doenças, a manutenção e o aumento da biodiversidade, a aplicação de sucessão natural e uso de plantas indicadoras e, por último, a observação da natureza e o aprendizado com suas lições.

Pressupõe-se que o extensionista, o qual busca colocar em prática os princípios orientadores da PNATER, deva ter conhecimentos sobre esses campos de ação, a fim de qualificar sua prática. Também é necessário que esse profissional tenha suporte institucional (recursos e legitimidade conferida por sua organização de Ater à política) para que consiga efetivar as orientações da PNATER em seu cotidiano de atuação. Esses pressupostos serão investigados em uma situação bastante específica: a atuação de extensionistas em um Escritório Local da EMATER-MG.

Este trabalho teve como objetivo analisar, no cotidiano das ações extensionistas, os recursos e as condições para efetivar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) no Escritório Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), no município de Muriaé, localizado na Mesorregião da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais.

Esta análise será construída a partir da percepção dos próprios extensionistas que compõem o Escritório Local, que é parte da EMATER-MG, empresa responsável pela assistência técnica e extensão rural pública no Estado. O trabalho teve também como objetivos específicos descobrir quais seriam os potenciais entraves que

caracterizam o cotidiano da ação extensionista; avaliar a percepção desses em relação aos princípios e objetivos dessa nova política; identificar sua influência no que se refere às metodologias participativas e à agricultura de base ecológica; e investigar as principais barreiras que dificultam a efetivação da PNATER.

Considerando as duas perspectivas, a educacional/dialógica e ecológica, este trabalho se baseou na necessidade de descobrir se essas referências estão sendo postas em prática no cotidiano das ações extensionistas e se as condições que estão sendo oferecidas são eficazes para que se sustentem. Nesse sentido, este estudo propôs contribuir com informações para o campo da extensão rural no que se refere à PNATER, principalmente em relação à adoção da agricultura de base ecológica e da proposta pedagógica dialógica/construtivista.

1.1. Metodologia da pesquisa

A fim de obter dados descritivos sobre as perspectivas ecológica e educacional, que constam na PNATER, no cotidiano das atividades extensionistas do Escritório Local da EMATER-MG de Muriaé, esta pesquisa utilizou a abordagem qualitativa e classificada como de tipo “exploratória”, que de acordo com Gil (2002, p. 41) “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses”.

Na análise documental, foi analisado o Planejamento Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural e também foram descritos os projetos e programas estruturadores. Realizou-se análise interpretativa do conteúdo dos documentos, das entrevistas estruturadas, além da análise do discurso dos depoimentos. Simultaneamente a todas as etapas descritas, houve o acompanhamento de algumas atividades dos extensionistas, principalmente as atividades dos eventos da agricultura familiar de 2012, com o objetivo de descrever os acontecimentos e tentar encontrar nessas informações que remetem à PNATER.

As atividades de pesquisa foram realizadas no Escritório Local e nas áreas de atuação da EMATER-MG do município de Muriaé, contando com quatro extensionistas da área de campo e um da área de bem-estar social. Primeiramente, foi realizada uma revisão de literatura para dar suporte a uma descrição da atuação da EMATER-MG no município, como também da agricultura familiar presente. Os demais dados foram obtidos por meio de questionários, análise de documentos, depoimentos pessoais,

observação participante e da aplicação de uma dinâmica participativa inspirada na técnica de grupo focal.

Com vistas a investigar o problema a partir da experiência de quem o vivencia, foram aplicados questionários e, a partir das respostas desses, coletaram-se novos depoimentos dos extensionistas. Foram realizadas várias visitas ao Escritório Local; a primeira delas foi para conhecer os profissionais e apresentar o objetivo da pesquisa. Nos encontros seguintes, coletaram-se depoimentos sobre o cotidiano do trabalho, o que deixou espaço para conversas informais. Por intermédio dessas conversas, foram obtidas informações sobre o planejamento do trabalho, os programas estruturadores de governo e os programas municipais presentes no cotidiano de trabalho.

A princípio foi idealizado que os extensionistas seriam entrevistados verbalmente, mas ao observar a disponibilidade de tempo desses para dar atenção à entrevistadora, notou ser conveniente que as respostas fossem disponibilizadas de forma escrita. O questionário enviado foi do tipo aberto, ou seja, não continha opções de respostas previamente formuladas. Os entrevistados tiveram a liberdade de se posicionar em relação a alguns temas que constam na PNATER, sendo esses: atribuição dos serviços de Ater; metodologia da ação extensionista; perfil do extensionista; sistema de produção a ser preferencialmente adotado; e relação com os agricultores. Também analisou-se a trajetória profissional e pessoal dos técnicos. Após análise das respostas do formulário, os extensionistas foram posteriormente procurados para prestar esclarecimentos a respeito de algumas questões, sendo as suas respostas disponibilizadas em forma de depoimentos.

Após concluir a etapa dos questionários, foi utilizada uma dinâmica participativa inspirada e adaptada da técnica de grupo focal. Esse método foi definido por Neto et al. (2002, p. 5) como:

[...] uma técnica de Pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico.

Para formar o grupo focal, os extensionistas foram convidados para comparecer na unidade rural do IF-Sudeste MG Campus Muriaé. O grupo foi formado por quatro extensionistas, dois estudantes da Universidade Federal de Viçosa, os quais estavam na época estagiando na EMATER-MG, e pela pesquisadora, a qual na ocasião fez o papel de moderadora do grupo. Um dos extensionistas não compareceu, pois

estava de férias na época. No início da reunião, apresentou-se o histórico da PNATER, seus princípios e objetivos. Em seguida, foram feitas perguntas pela moderadora e cada uma delas foi debatida pelos participantes da dinâmica do grupo focal.

Em duas horas foram debatidas 10 questões. Os depoimentos foram gravados, e logo após a reunião as falas foram transcritas.

O grupo focal deu a oportunidade aos extensionistas para expor ideais, opiniões, expectativas e percepções em interação com os colegas. Essa sinergia, presente entre os participantes, enriqueceu as respostas aos questionamentos feitos previamente e, na maioria das vezes, observou-se que a resposta de um recebeu a concordância do restante. Os resultados a partir dos métodos e procedimentos descritos serão apresentados a seguir.

2. A EXTENSÃO RURAL, A PNATER E SUAS QUESTÕES

2.1. As transformações no campo e as mudanças na ação extensionista

A história da agricultura brasileira é marcada pela exploração dos recursos naturais e por técnicas de produção pouco sustentáveis. Na época da colonização era comum a queima de extensas áreas de florestas para dar lugar às lavouras das grandes fazendas. Para exemplificar, Pádua (2003) afirma que os colonizadores multiplicaram o uso da tecnologia indígena da coivara, em que o preparo do solo e a adubação eram com base na queima e no pousio de extensas áreas de florestas e campos. Em razão da facilidade de obter novas terras e impressão de sempre haver mais recursos a serem explorados, a área era utilizada até os solos se tornarem estéreis em muitas áreas, resultando no avanço da fronteira para campos intactos.

Com as flutuações do mercado a *plantation* foi perdendo o espaço. A partir do século XX a agricultura comercial de exportação surgia modificando as práticas de produção e comercialização até que “se implantou uma rápida dinâmica de transformação rural, expressa no desenvolvimento de complexos agroindustriais fundados na motomecanização, na irrigação e no uso crescente de insumos químicos” (PÁDUA, 2003, p. 51). Nesse cenário, os trabalhadores do campo em grande parte migravam-se para as cidades, outros trabalhando como assalariados nas fazendas, alguns lutando por terra e o restante tentando a sobrevivência na pequena propriedade.

Acompanhando às transformações da agricultura para atender ao mercado, surgem os serviços institucionalizados de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sob a influência norte-americana. Esses serviços obedeciam aos interesses do Estado e a lógica do capital. De acordo com Fonseca (1985, p. 181), o Estado utilizava as atividades extensionistas “para servir a seus interesses e garantir através de roupagens novas (o processo de modernização) a sobrevivência de um corpo velho e doente (o setor agrícola brasileiro)”. Várias teorias e estratégias voltadas para o desenvolvimento rural foram lançadas sob uma perspectiva liberal conservadora. Dentre essas, a Revolução Verde, que, segundo Caporal e Costabeber (2004), prometia resolver o problema da fome no mundo e revelou-se, em relação a esse objetivo, um fracasso. É verdade que houve melhoria na produção e produtividade de alguns produtos em algumas regiões, mas esse sucesso relativo trouxe graves problemas ambientais, econômicos e sociais.

A adoção de pacotes de insumos químicos e tecnologias modernas para a produção eram financiadas pelo governo e incentivadas pelos agentes de extensão com o objetivo de aumentar a produção para abastecer a indústria; com isso, a grande propriedade e a agricultura empresarial vigoravam. Percebe-se a lacuna existente no que diz respeito à participação da população no diagnóstico de suas necessidades. A prática era com base em campanhas, visitas e treinamentos sem dar importância às reais necessidades do agricultor e da família. Existia assim, para o educador do campo, nas palavras de Freire (1996, p. 72). a “[...] desconsideração total pela formação integral do ser humano, a sua redução a puro treino que fortalecem a maneira autoritária de falar de cima para baixo a que falta, por isso mesmo, a intenção de sua democratização no falar com”.

Considerando as críticas elaboradas e as consequências da modernização conservadora, e levando em conta a proposta – por meio de uma política pública – de uma nova extensão rural, defendida como necessária ao alcance do desenvolvimento sustentável, é que foi construído o problema de pesquisa.

2.2. Construção do problema de pesquisa

Com o passar do tempo, mesmo com as críticas ao modelo produtivista, o surgimento de novas perspectivas e a implantação de políticas públicas para a agricultura familiar, parte dos extensionistas ainda estão presos à orientação produtivista que fundamentou o modelo da Revolução Verde, realizando um tipo de prática tecnicista, vinculada aos interesses de mercado. De acordo com Dias (2007, p. 11), “o ‘difusionismo produtivista’ permanece como importante referencial orientador das concepções e práticas extensionistas, apesar das inovações propostas na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)”.

A favor de um novo paradigma de desenvolvimento rural, a prática da extensão deveria romper com as teorias difusionistas do passado e se empenhar na construção de saberes que tenham como pilares básicos o meio ambiente e a sociedade. O agente de extensão prestes a atuar nesse novo contexto deve ser capaz de questionar procedimentos do passado produtivista e assistencialista que, de acordo com Dias (2007, p. 15),

[...] firmou-se como uma tradição, uma referência e um saber-fazer que pode até ter se tornado questionável e menos relevante diante da crise instalada e dos desafios colocados às práticas, mas não um passado superado nas

competências e habilidades de milhares de extensionistas formados para este tipo de intervenção.

A formação do extensionista é fator crucial nesse processo. É difícil imaginar o profissional, preparado a partir de bases conceituais puramente técnicas, praticando o uso de pacotes tecnológicos, conseguir, ao ingressar no serviço público da extensão rural, interpretar a realidade local e integrar seu conhecimento acadêmico com o dos agricultores. Esse agente também terá dificuldades em realizar uma prática realmente educativa, pois, como afirmam Silveira e Balem (2004, p. 11): “[...] a formação profissional hoje enfoca uma lógica em que o conteúdo independe do contexto e as práticas devem ser padronizadas segundo orientação da pesquisa acadêmica, diametralmente oposta ao pressuposto construtivista”. Além disso, o extensionista se depara com um meio em que ele deve executar uma diversidade e diversificação de atividades que geram “por um lado, um ambiente favorável à experimentação; e por outro, uma pressão sobre os profissionais da extensão rural, que se vêem ‘perdidos’ diante de tantas demandas e possibilidades de ação” (DIAS, 2012, p. 13). Ele ainda terá que adotar os princípios da agricultura de base ecológica, que exige a busca de novos conhecimentos que deem respostas aos danos socioambientais causados no passado.

A ação extensionista acontece em uma organização e por meio das condições que essa proporciona. Essa organização possui missão, objetivos, normas, planos e metas que buscam legitimar socialmente sua existência e orientar a prática daqueles que a compõe. Acredita-se que as organizações públicas de extensão rural deveriam se pautar nessa “nova extensão rural” proposta pela PNATER, bem como ter capacidade de influência sobre os componentes da organização, os quais disponibilizariam recursos e condições para o trabalho do agente de extensão rural. Assim, esses últimos poderiam, segundo Dias (2012), acessar esses recursos para inovar e recriar as competências profissionais quanto o contrário, ou seja, um retorno à “zona de conforto” representada pela abordagem difusionista.

Existem muitos estudos sobre a ação extensionista em relação à PNATER, o que nos permite trabalhar o tema e refletir sobre realidades específicas como no município de Muriaé, MG. Uma questão relevante é a que busca respostas sobre o nível de conhecimento dos extensionistas sobre a PNATER. Quais seriam as influências da política sobre a ação da PNATER? Quais seriam as percepções dos extensionistas sobre a PNATER? Os extensionistas encontrariam condições para efetivá-la localmente, na

ação cotidiana deles? A instituição onde esses extensionistas trabalham oferece recursos e condições para efetivação dessa política?

O problema de pesquisa foi formulado no intuito de avaliar se no cotidiano da prática de um extensionista local da EMATER-MG de Muriaé, sendo esse o último nível da hierarquia da Instituição está presente as informações que se referem à PNATER e de que forma as metodologias participativas e a agricultura de base ecológica se fazem presentes na ação extensionista. Este estudo considerou a seguinte hipótese: os agentes de extensão rural da EMATER de Muriaé ainda não estariam alinhados com a PNATER. Existe para o Escritório Local a falta de recursos e condições para que as ações dos extensionistas sejam condizentes com os princípios e objetivos dessa política, necessitando que construídas estratégias de alcance ao Desenvolvimento Rural Sustentável.

2.3. O Escritório Local da EMATER-MG em Muriaé

A EMATER-MG é o principal órgão de extensão rural do município de Muriaé e a escolha por essa Instituição para realizar esta pesquisa se deu pela necessidade de gerar contribuições para o setor de extensão do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Campus Muriaé, que oferece, dentre seus cursos, o de Técnico em Agroecologia; esse Instituto é parceiro da EMATER-MG e local de trabalho da pesquisadora. Como instituição de ensino, o Instituto pretende formar o Técnico em Agroecologia consciente sobre o papel da extensão rural e de sua importância para a sociedade, bem como o perfil necessário para o trabalho extensionista e também conhecedor das dificuldades encontradas no cotidiano das entidades de Ater. O contato é de relevância para ambas as instituições, sendo a formação do agente de extensão um dos possíveis entraves para a efetivação da PNATER.

Em seu quadro de pessoal, o Escritório Local da EMATER-MG de Muriaé conta com quatro agrônomos, um técnico em agropecuária de nível médio e uma economista doméstica, a qual trabalha com a parte de “bem-estar social”. Segundo depoimento da equipe do Escritório Local, o trabalho no município é dividido em quatro regiões geográficas, onde, em cada uma, um técnico atua. Um dos técnicos é exclusivo do Programa Certifica Minas Café, executando somente essa atribuição em todo o município.

A equipe da EMATER-MG em Muriaé atua em 26 comunidades rurais, apoiando-se no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs) e nos 16 grupos ou associações de produtores rurais e não agrícolas. Esse escritório possui convênio com a Prefeitura Municipal e inclusive registrou em seu relatório do ano 2011 a afirmação seguinte:

Para cada R\$ 1,00 investido pelo Município na EMATER-MG houve R\$ 23,37 de recursos aplicados no Município por meio da EMATER-MG, ou seja, os recursos investidos na EMATER-MG pela prefeitura equivalem a 4,28% dos recursos aplicados no Município com ajuda da EMATER-MG (EMATER-MG, 2011, p. 26).

Atualmente, as principais atividades da EMATER estão relacionadas ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Minas sem Fome, Certifica Minas Café, Programa Transformar e Concurso de Qualidade do Café. As principais ações de bem-estar social são orientações em alimentação e nutrição, processamento artesanal de alimentos dentro das boas práticas de fabricação, incentivo a hortas caseiras, entre outras. Essas atividades partem de planejamento realizado pela diretoria executiva e relatórios devem ser emitidos com frequência.

2.4. A extensão rural e suas mudanças recentes

Entender a extensão rural como “prática educativa” aliada ao surgimento das políticas públicas para a agricultura familiar no decorrer da história é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. “Desde seu surgimento, no final da década de 40, a extensão rural passou por diversas orientações políticas, variando concepções, missões institucionais, métodos de intervenção, público preferencial, capacidade de operação, dentre outras características” (DIAS, 2008, p. 102). Essas variações se davam de acordo com o cenário econômico e social de cada época e mudanças de conjunturas que pediam adequações no modelo produtivo. Para explicar a diversidade dos campos e das formas de atuação da ação extensionista no Brasil, recorre-se, inicialmente, a identificação de três primeiros períodos: o Humanismo Assistencialista, Difusionismo Produtivista e Humanismo Crítico, de acordo com a classificação de Rodrigues (1997).

O período caracterizado por Humanismo Assistencialista marca os primeiros relatórios da ação extensionista no Brasil. Como resultado de cooperação técnica e financeira entre o Brasil e os Estados Unidos, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) foi criada e estruturada em Minas Gerais. A recordação marcante dessa

época foi relatada por Maria Teresa Lousa da Fonseca (1985, p. 82), a de um agrônomo, uma professora e um jipe, realizando uma “feliz combinação entre crédito e educação” para transmitir conhecimentos técnicos aos agricultores por meio de metodologia alheia à realidade. Os objetivos eram redefinir a função da pequena propriedade para atender as demandas da indústria com a produção de alimentos baratos e matérias-primas. A tecnologia era utilizada como instrumento para melhoria das condições de produção e vida no lar.

No contexto de mudanças do regime político e desenvolvimento socioeconômico por vias capitalistas, ocorreu a ampliação da ação extensionista por vários estados e a necessidade da criação de um órgão central, resultando na criação da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR). Com essa Associação, a extensão rural torna-se um sistema nacional e a ação extensionista passa a ser planejada, com treinamento de pessoal, métodos de extensão rural e programas de crédito supervisionado. A proposta educativa da ABCAR era de “levar à modificação de hábitos, como meio de atingir melhores níveis socioculturais e econômicos” (FONSECA, 1985, p. 125). O público preferencial era o pequeno produtor, mas os grupos de agricultores eram considerados como homogêneos sem haver distinção clara do público atendido. O verdadeiro propósito que era o de assegurar o crédito supervisionado para o desenvolvimento da empresa agrícola e induzir a mudança de comportamentos produtivos e sociais dos agricultores e de suas famílias, por meio das demonstrações e da introdução de inovações tecnológicas. A metodologia de ação da ABCAR era a campanha social de nutrição, saúde e habitação, visitas domiciliares, treinamentos, reuniões, decisões conjuntas sobre a aplicação do crédito. Segundo Rodrigues (1997, p. 11):

[...] o planejamento das atividades era vertical ascendente, partindo da situação em que se encontravam as famílias assistidas, os problemas parte dessa situação, objetivos das famílias em relação a estes problemas e definição de soluções alternativas, geralmente propostas pelos extensionistas.

Contudo, dando sequência histórica e confirmando que “a persistência de um programa cujo público final era o pequeno e não o grande produtor, mesmo que ilusório, seria não um estímulo, mas um entrave para o processo de modernização da agricultura” (FONSECA, 1985, p. 183), a extensão rural vive a fase do Difusionismo Produtivista, em que a ABCAR é substituída, em 1974, pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que, segundo Rodrigues (1997, p.

11), “consolida de uma vez por todas as orientações produtivas na extensão rural, [...] os objetivos nacionais expressos nos planos governamentais de desenvolvimento prevalecem sobre o ‘missionarismo’ da ação extensionista concebidos nos termos originais”. A proposta educativa era com base no difusionismo e o extensionista utilizava a tecnologia como único meio para atingir aumento nos níveis de produção. A Embrater era responsável pela coordenação das unidades da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), criada em 1975, em vários estados.

Segundo Caporal (1991, p. 44), “a constatação destas fundamentações da extensão rural que, historicamente, se apresenta como um ‘processo educativo’, implicaria no surgimento da crítica ao extensionismo difusionista”. Consequentemente, a partir dos anos de 1980 uma postura mais crítica diante das consequências da modernização incita o questionamento das práticas tecnicistas e das metodologias utilizadas pelos agentes de extensão rural dando origem a fase do Humanismo Crítico. Freire (1983, p. 29), analisando uma experiência chilena, critica a extensão rural realizada pelos agrônomos, denominando essa de “invasão cultural”, por estender mecanicamente o conhecimento técnico aos camponeses, sendo esse conhecimento estático e materializado. O mesmo autor ainda põe em questão as afirmações dos agrônomos sobre a inviabilidade do diálogo e a urgência do tempo para a produtividade, afirmando que “[...] é nestas relações rígidas e verticais que se vêm constituindo historicamente a consciência camponesa, como consciência oprimida” (FREIRE, 1983, p. 32).

Os movimentos sociais no campo pediam a inclusão do público no planejamento das ações extensionistas e levaram aos desejos de mudança, o que os induziu a reconhecer suas falhas e propor novas orientações na prática educativa como a introdução do planejamento participativo e a adoção da pedagogia da libertação de Paulo Freire. Também houve mudança relevante como a de tornar os serviços acessíveis aos pequenos agricultores e pobres do campo. “Neste contexto passou-se a propor a utilização de uma abordagem educativa junto a ‘pequenos produtores’ visando sua organização ‘produtiva e política’ com vistas ao ‘desenvolvimento rural’” (DIESEL et al., 2006, p. 37).

Encontraram-se também as críticas ao modelo de produção com base na monocultura, na exploração do trabalho e nas práticas insustentáveis. “Os ensinamentos socioeconômicos derivados da Revolução Verde obrigaram a que se prestasse mais atenção aos problemas de equidade, do meio ambiente e da tecnologia, além da

necessidade de observar as condições gerais oferecidas pelo entorno” (FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION – FAO, 1995a *apud* CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 97).

No final dos anos de 1980 e início da década de 1990, os serviços de assistência técnica e extensão rural passaram por dificuldades em razão da operação desmonte do governo federal, que dissolveu órgãos estatais considerados ineficientes, dentre esses a Embrater, executora da política de extensão rural e repassadora dos recursos federais para EMATER, sendo extinta em 1990, no governo Collor. Consequentemente, os estados passam a ser responsáveis por custear a maior parte das despesas desses órgãos, por causa da diminuição – e quase extinção – dos repasses de recursos federais. Isso resultou em diferenças na atuação da organização em cada um dos estados da federação. As EMATERs passaram a depender da situação financeira e dos interesses políticos dos estados federativos. Em alguns, o serviço foi praticamente extinto; em outros, vinculados às municipalidades; e, em outros, ainda, passou a funcionar precariamente, com falta de recursos para manter a qualidade mínima do serviço (baixa remuneração, quadro pessoal reduzido, pouca ou nenhuma capacitação, infraestrutura precária, veículos e equipamentos em más condições etc.).

Em Minas Gerais, em resposta à crise, de acordo com Ribeiro (2000), foi criado o Programa de Desenvolvimento Empresarial direcionado à qualificação da gestão pública. Esse tinha como objetivo principal a “modernização da instituição”, obedecendo aos “pilares do empresariamento”. O programa tinha um funcionograma contendo os negócios a serem instituídos, classificando-os em “básico” e “complementar”. O negócio básico se refere à assistência técnica e extensão rural, destinadas aos agricultores familiares, devendo ser essas gratuitas para seus beneficiários e de responsabilidade do município e dos escritórios locais. Já o negócio complementar era destinado àqueles clientes que “[...] não os produtores rurais de agricultura familiar, constituindo-se essa em fonte adicional de recursos tecnológicos e/ou financeiros para a EMATER-MG ampliar e melhorar a assistência técnica e extensão rural aos clientes do negócio básico”. Conclui-se, a partir disso, que a EMATER-MG não interrompeu seu trabalho durante a crise e que essa Instituição, segundo Dias (2007, p. 15), “para garantir sua sobrevivência (e vislumbrando outro tipo de papel social de sua intervenção), passou a cobrar aos agricultores pelos serviços”.

Estando a agricultura familiar há décadas esquecida pelo estado, inexistindo políticas públicas que a favorecesse, houve uma recomposição das políticas

governamentais a partir da década de 1990, graças à pressão das organizações de movimentos de trabalhadores rurais, tendo, no entanto, pouca participação do extensionista do serviço público. Foram lançadas “novas políticas públicas que por sua vez passaram a tratar de ‘novas questões’ como a construção de instituições democráticas, a transição agroecológica e promoção do desenvolvimento territorial, por exemplo” (DIESEL et al., 2006, p. 37).

Dentre as novas políticas, foi implementado, em 1996, pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), reconhecido como considerável avanço para o setor, pois finalmente era a primeira política pública a favor da pequena propriedade. O programa teve como objetivo disponibilizar o crédito para os agricultores familiares a juros baixos para custeio das atividades agropecuárias; porém, ao lembrar-se da questão ambiental, Carneiro (1997, p. 72) afirma:

Ainda que a idéia de desenvolvimento contida no Pronaf associe o aumento da capacidade produtiva à melhoria da qualidade de vida e à ampliação da cidadania no meio rural, a noção de sustentabilidade que o acompanha não implica, ao menos explicitamente, a opção por tecnologias alternativas ao padrão que vem sendo adotado até então.

Com essa afirmação a autora questiona a possibilidade de o governo “[...] romper efetivamente com as práticas desenvolvimentistas e tecnicistas do passado” e partir para novo paradigma de desenvolvimento rural. Essa era uma necessidade constante nas manifestações que ocorriam naquele contexto, a de propor uma agricultura que resgatasse o conhecimento local dando origem a práticas sustentáveis.

Em 2003, a PNATER surge como um repensar das consequências da antiga extensão tecnicista. Assim, em seu texto-síntese, resultante de uma série de seminários regionais realizados em 2003 e de um seminário nacional, em 2004, fica evidente em suas orientações estratégicas “a construção de sistemas produtivos e estratégias de desenvolvimento rural sustentável norteados pelos princípios da Agroecologia, considerando a amplitude conceitual deste novo enfoque científico” (BRASIL, 2007, p. 10). O texto também contém várias afirmações relativas à opção pela agroecologia e pela necessidade de uma “transição agroecológica”. Esse foi um dos fatores que causou intensos debates, já que na interpretação de muitos estudiosos e extensionistas a inserção da agroecologia nas políticas públicas é uma escolha ousada por representar um único modelo produtivo. Como exemplo, Fiúza et al. (2006, p. 2) questionam, sem oferecerem maior fundamentação ao argumento, se “[...] estariam às possibilidades de desenvolvimento social dos agricultores familiares vinculadas a um modelo agrícola

específico, no caso, o agroecológico”. Também Abramovay (2007, p. 7) afirma essa decisão “como se o sistema público de saúde elegesse a homeopatia como sistema de tratamento ou o Ministério da Fazenda escolhesse o keynesianismo para orientar sua política”.

Consequentemente, a influência dos debates em torno da complexidade do conceito de “agroecologia” fez com que sua adoção na PNATER não alcançasse legitimação necessária, resultando em revisão do termo na Lei n.º 12.188 de 2010, que passou a denominar o processo de transição necessário como aquele que busca afirmar a “agricultura de base ecológica”. Essa é parte dos princípios da política, unindo a segurança alimentar, gratuidade e acessibilidade dos serviços de ATER à adoção da metodologia participativa, equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia e segurança alimentar. Os objetivos da Lei definem o “agricultor familiar” como público prioritário; a valorização das potencialidades locais; o aumento, qualidade e gestão da produção; a qualidade de vida; a conservação dos agroecossistemas; a união dos conhecimentos científico e tradicional; o aumento da renda e o aprendizado e a qualificação profissional contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

A prática educativa proposta “vai buscar seu modelo teórico-pedagógico no construtivismo, cujo ponto central é a premissa de que o homem-agricultor possui um acúmulo de conhecimentos históricos, culturais, individuais ou coletivos que fazem com que ele esteja inserido no mundo do saber” (CAPORAL; RAMOS, 2006). O método adequado, como já mencionado, é o participativo, em que, segundo Coelho (2005, p. 87), “o grupo está presente desde os atos de decisão, incluindo, ainda, os momentos de consentimento explícito para atuação externa no local”. A comunicação dialógica deve fazer parte do cotidiano do trabalho do extensionista, e este deve ter consciência de que “o outro (produtor/agricultor) é uma fonte de saber e um ser capaz de conhecimento, sentimento e cultura” (COELHO, 2005, p. 87).

Os ideais propostos pela PNATER demandam recursos e condições para a sua efetivação, a começar pela formação do extensionista, visto que esse deve assumir novo perfil desvinculado dos métodos tradicionais e refletir sobre a importância do seu papel de “[...] mediador de saberes e conhecimentos, um agente impulsionador do desenvolvimento das comunidades rurais” (CAPORAL; RAMOS, 2006, p. 6). Isso é um desafio que inclusive coloca em prova os conhecimentos adquiridos nas universidades, instituições de ensino técnico profissionalizante e em treinamentos na própria instituição, pois na nova extensão rural, a prática difusionista e tecnicista “costumeira”

está ultrapassada. “As convicções pessoais do extensionista podem constituir força conservadora ou inovadora, segundo sua formação” (DIESEL et al., 2006, p. 40).

Também se torna necessário o envolvimento dos membros de todos os níveis das organizações de ATER, como de acordo com Diesel et al. (2006, p. 40), “a tradição da organização em geral age como força conservadora, que procura inibir a inovação, propondo priorização de ações que comprovaram historicamente dar bons resultados ao nível local”. O que geralmente se vê nas instituições de ATER são grupos de opiniões diferentes, ou seja, grupos que são a favor e grupos que são contra a PNATER. Também opiniões contraditórias, com alguns tentando imprimir nova orientação de forma conservadora. Analisando por um maior nível hierárquico, a presidência da organização pode, mesmo contando com um conselho maior em seu organograma (esse conta com a presença dos agricultores apenas para legitimar decisões previamente acordadas), estabelecer regras e normas não elaboradas de forma participativa. Tudo isso reflete na ação do extensionista, que deve executar as metas estabelecidas e emitir relatórios em dia, o que exemplifica Caporal e Ramos (2006, p. 17):

Um exemplo clássico são as metas do crédito rural. Cada extensionista tem de atender a tantos agricultores quantos forem os que demandarem projetos ou planos de crédito no seu município; muitas vezes, sequer há uma preocupação com a assistência técnica que deveria ser ofertada. Às vezes, são estabelecidas metas de planos de crédito que devem ser atingidas: *X planos de crédito para ti, e cumpre-se! Vai atrás dos agricultores para fazer planos de crédito!* Pouco importa a qualidade do que fazem e os resultados da aplicação dos recursos. Nesses casos, a assistência técnica torna-se precária, e as atividades de Extensão Rural desaparecem, subvertidas por um ativismo inconsequente. (grifo no texto original)

O número de extensionistas para o trabalho é fator importante para a qualidade dos serviços de ATER; a relação adequada entre o número de famílias atendidas por técnico influi na qualidade do serviço. De acordo com Caporal e Ramos (2006, p. 9), “algumas experiências sugerem uma relação de 100 famílias por técnico. Esse número pode ser o ideal em algumas áreas, mas não em outras, em razão das distâncias, dificuldades de locomoção etc.”. Também existem “os programas de governo”, que fazem com que o extensionista ocupe grande parte do tempo com atividades pontuais, como distribuição de sementes, mudas, pintainhos, vacinação de animais e outros insumos, que vão se repetindo ao longo dos anos. Essas atividades, além de poder ser consideradas como assistencialistas, necessitam de outras organizações de apoio e podem desmobilizar outras ações mais importantes para a comunidade, ações essas que realmente buscam a sustentabilidade da unidade familiar.

2.4.1. A PNATER de 2003 a 2012

Em 2003, início do governo Lula, as competências relativas ao serviço de assistência técnica e extensão rural foram transferidas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa transferência de obrigações se deu para promover uma adequação das funções de cada um desses ministérios. De acordo com Luzzi (2005, p. 12), “o MAPA tem como público prioritário agricultores e agricultoras empresariais e é identificado com os interesses do agronegócio”. A mesma autora ao falar sobre o MDA afirma que esse “[...] tem por função a realização da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar, um segmento heterogêneo que apresenta realidades bastante diferenciadas”. Dentro do MDA foi criada a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), que tem a missão de consolidar o conjunto da agricultura familiar; na estrutura da SAF, em 2004, reaparece o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), que anteriormente era do MAPA, porém inoperante. A esse último foi dada a missão de coordenar os serviços de ATER e o DATER/SAF/MDA passa então a ser o principal órgão responsável pela ATER pública, o que, de acordo com Pettan (2010, p. 92), marca uma fase classificada como de “formação”, em que “o governo federal ‘reconheceu’ a ausência de oferta de política pública de ATER para a agricultura familiar e por isto transferiu esta responsabilidade do MAPA para o MDA”. Luzzi (2005) afirma que existe uma disputa política acirrada, por vezes explícita e muitas vezes velada, entre o MDA e MAPA em muitos campos, que explicitam a existência de dois projetos para o meio rural, com defesa de interesses divergentes e, por vezes, antagônicos.

Em 2003, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), existente desde 2000, passa por reformulação, mantendo o nome, mas alterando sua sigla para Condraf, a fim de adequar seu perfil para o atendimento aos problemas da agricultura familiar e da reforma agrária e ampliar a participação dos movimentos sociais e sociedade civil. Com as mudanças ao longo do ano de 2003 é que de forma democrática e participativa já vinha sendo criada e discutida a PNATER. Na estrutura do Condraf, foi instituído, por meio da Resolução n.º 40, de 05 de abril de 2004, o Comitê Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER), com a

atribuição de apoiar, formular e propor diretrizes para implementar a PNATER, bem como propor políticas complementares entre outras funções¹.

O primeiro passo para implementar a PNATER foi trabalhar para sua divulgação. Para isso, foram realizados seminários em todos os estados financiados pelo DATER e proposto aos representantes de cada um deles a elaboração de um Plano Estadual de ATER, que buscasse força coletiva entre as intuições para a formação de redes ou fortalecimento de redes já existentes para o serviço de extensão rural nos estados. De acordo com Oliveira et al. (2010), o fomento à formação de redes tem o objetivo de apoiar a promoção da ATER por meio da articulação entre os atores, no interior e exterior das diferentes localidades do país e da convergência das estratégias de ação na perspectiva da PNATER.

Foi oferecido também pelo DATER amplo programa de capacitações e eventos para formação dos agentes de extensão rural nos estados, incluindo os temas agroecologia, metodologias participativas, relações de gênero, populações quilombolas, assentados, ribeirinhos e outros que fazem parte dos princípios da PNATER, além de especializações em “Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável”, por meio de parcerias com universidades e escolas agrotécnicas. Esses eventos e capacitações contaram como a presença de agentes de ATER do serviço público e de outras instituições não estatais. A presença desses últimos nesse processo, além de estar vinculada à proposta de busca de parcerias e fortalecimento de redes, também se explica por parte do texto da PNATER, que convoca as entidades não estatais a compor com as empresas estatais o Sistema Descentralizado de ATER Pública, com os mesmos objetivos, princípios e orientações da PNATER para o serviço público. Por meio desse sistema, os serviços de assistência técnica e extensão rural também podem ser prestados com apoio financeiro do DATER por organizações não governamentais (ONGs), sindicatos, cooperativas, instituições de ensino, movimentos sociais, empresas privadas; enfim, outras entidades não estatais “que tenham interesse e protagonismo no campo da

¹ O Conselho Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural é coordenado pelo secretário de Agricultura Familiar ou seu representante e composto pelo secretário de Reforma Agrária, pelo presidente do Incra, secretário do Condraf, pelo diretor do Dater ou seus respectivos representantes e também por um representante do MAPA, um do MMA, um do MIN, um do MEC, um da SEAP, um do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, um do FNSA, dois representantes da ASBRAER, um da CNM, um da FAZER, um da CONTAG, um da FETRAFSUL, um do MPA, um de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CONTAG, um de Mulheres Trabalhadoras Rurais MMC, um da UNEFAB, um do DESER, um da ASPTA, um do CTA, um da ASSOCENE, um do IBRACE, um da Articulação Nacional de Agroecologia, um dos pescadores artesanais, um da CONAQ, um da COIAB e, ainda, convidados com direito à voz.

Assistência Técnica e Extensão Rural e apresentem as condições mínimas estabelecidas nesta Política” (BRASIL, 2007, p. 8).

Para o DATER/SAF/MDA, o sistema descentralizado de ATER foi um modo de unir as entidades que atuam no Brasil de forma dispersa e otimizar o uso dos recursos financeiros por meio dessas redes; porém, esse reconhecimento da pluralidade dos agentes não estatais que trabalham com ATER, de acordo com Dias (2007, p. 8):

[...] representa ao mesmo tempo o reconhecimento da incapacidade do Estado prover exclusivamente os serviços e a diversidade que hoje caracteriza a extensão rural no país. Este reconhecimento aponta para dois objetivos distintos: reestruturar o aparato estatal e apoiar a iniciativa não governamental.

A partir de então, foram elevados os recursos para a realização de vários convênios, parcerias, ações de formação de agentes de ATER, apoio à pesquisa e extensão universitária, entre outras iniciativas que, de acordo com Pettan (2010, p. 221), “[...] contribuíram para que os extensionistas instalados nos escritórios locais tivessem seus trabalhos fortalecidos e ampliados”.

Em 2008, foram realizados seminários preparatórios em todos os estados e no Distrito Federal. Ao todo participaram mais de 11.000 pessoas para discutir os avanços, as dificuldades e proposições em relação à PNATER. O processo resultou no Seminário Nacional de ATER, ocorrido em Brasília, no mês de junho de 2008, que teve como objetivo “identificar avanços e dificuldades na implementação da PNATER e elaborar proposições para o aperfeiçoamento desse processo, a partir da percepção dos diversos setores envolvidos nos serviços de ATER no país” (BRASIL, 2008). Os eixos de discussão foram: ATER para o desenvolvimento rural sustentável e solidário, a instituição de ATER pública, abordagem de ATER pública, ATER na geração e apropriação de renda e ATER na qualificação das políticas públicas. O encontro foi realizado por um grupo de 466 pessoas composto por:

[...] 307 delegados e 159 convidados. Os delegados indicados nos Seminários Estaduais totalizaram 317 e atenderam a proporção sugerida de 30% do setor governamental, 70% da sociedade civil, sendo que os agricultores familiares representaram em torno de 50% do total destes delegados. Os delegados natos, formados pelos membros do Comitê Nacional de Ater e os delegados federais do MDA, somaram 18 delegados. Ainda participaram 11 técnicos do MDA/SAF na qualidade de facilitadores de grupos de trabalho e 04 técnicos do MDA/SAF no apoio (BRASIL, 2008, p. 8).

O resultado do seminário apontou, de acordo com relatos dos delegados participantes, avanços como conhecimento, conscientização e valorização da soberania

alimentar e nutricional; fortalecimento de cadeias produtivas; inserção da temática ambiental nas agendas de discussão das políticas públicas; reconhecimento das comunidades até então excluídas (quilombolas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, indígenas); orientações para trabalhar com metodologias participativas; reconhecimento de ATER pública e gratuita; ampliação das políticas públicas para o meio rural; maior participação dos movimentos sociais em eventos e debates; aprovação da lei que reconhece a agricultura familiar como categoria; e valorização da agroecologia e fomento a produção agroecológica. Também foram apontadas dificuldades em torno de cada um desses avanços; por exemplo, no caso das orientações para trabalhar com metodologias participativas existem os obstáculos relacionados à valorização dos conhecimentos tradicionais e experiência dos agricultores, assim como, no caso da agroecologia, a dificuldade apontada foi a falta de compreensão de seu conceito e sua internalização pelos técnicos e agricultores.

As proposições resultantes do seminário foram em torno das capacitações dos agentes de extensão rural em metodologias participativas, agroecologia e populações tradicionais; da ampliação do quadro de técnicos extensionistas para o trabalho; da ampliação do número de escritórios e melhoria de sua infraestrutura; da garantia de recursos financeiros para qualidade do serviço; e da garantia de ATER gratuita e de qualidade.

Mesmo diante de todos os obstáculos e desafios que vinham sendo diagnosticados desde 2003, não havia discordância sobre o conteúdo da PNATER pelas entidades executoras. De acordo com Caporal (2011), outros debates vieram a ocorrer em 2009, com pouca ou nenhuma participação da sociedade civil. Em três de agosto do mesmo ano, a PNATER foi apresentada como Projeto de Lei, juntamente com o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). Em 2010, foi promulgada a Lei n.º 12.188 que institui a PNATER e o PRONATER, alterando a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dando outras providências. A Lei n.º 12.188 versa sobre as normas e regras para licitações e contratos da administração pública; assim, a contratação dos serviços de assistência técnica e extensão rural passa a ser por contratos sem licitação. Caporal (2011, p. 2) afirma que “o governo federal menosprezou a participação popular que havia sido o alicerce para a PNATER-2003 e, com isso, deu passo a mudanças de caráter técnico-burocrático que, entre outras coisas, eliminou a Agroecologia do texto original”. O termo agroecologia no texto foi substituído por “agricultura de base

ecológica”, o que de acordo com o mesmo autor “não dá conta da complexidade proposta na versão da PNATER-2003 [...] na medida em que se preocupa somente com os sistemas de produção, não dando conta das multidimensões da sustentabilidade defendidas pelo campo da Agroecologia”.

Essas modificações escritas a poucas mãos surpreenderam até mesmo os membros do Comitê de ATER, os quais se esforçaram para que a proposta, contendo as diretrizes para compor o Plano Plurianual do PRONATER, fosse elaborada por meio de uma Conferência Nacional, seguindo aquilo que regulamenta o Art. 8.º da Lei de ATER.

Entretanto, o mesmo processo participativo realizado para o Seminário Nacional de ATER de 2008 aconteceu para a Conferência Nacional de ATER em 2012 (1.ª CNATER), realizada nos dias 23 e 26 de abril de 2012, com a participação de delegados, convidados e observadores e a realização prévia das conferências municipais, estaduais, regionais e setoriais. A discussão realizada por meio da conferência já teve resultados divulgados por uma declaração política que reafirma a importância de ATER pública, gratuita e continuada por instituições estatais e não estatais e define de forma mais ampla o público da PNATER, sendo esses:

[...] trabalhadores/as rurais, camponeses/as, acampados/as, assentados/as da reforma agrária, povos indígenas, povos de terreiro e ciganos/as, quilombolas, açorianos/as, atingidos/as por barragens mineradoras e hidrelétricas, extrativistas, seringueiros/as, quebradeiras de coco, fundos de pasto, faxinalenses, pescadores/as artesanais, ribeirinhos/as, aquicultores (as) familiares, caiçaras, marisqueiros, retireiros/as, torrãozeiros/as, geraizeiros/as, vazanteiros/as, pomeranos/as, pantaneiros/as, caatingueiros/as, dentre outros/as segmentos citados e contemplados na PNATER, assim como as organizações que os representam (BRASIL, 2012).

A declaração reafirma também entre outros desafios a universalização dos serviços de ATER, a estruturação do MDA e do Incra e o fortalecimento do Condraf, traz de volta a discussão da agroecologia como parte dos princípios da PNATER e reivindica a formação continuada dos agentes de ATER nos princípios e práticas desse método.

A PNATER está em processo de formação, sendo essa discutida, rediscutida, alterada, como mudanças ministeriais, para que seja aplicada e com aplicação de recursos. Contudo, a polêmica que ronda essa política é ligada ao tema agroecologia, o que ainda promete muitos debates com opiniões adversas como as que serão apresentadas no próximo item.

2.4.2. A agroecologia e o desafio da sua aceitação na PNATER

O caminho almejado pelos agentes que participam dos seminários e das conferências de ATER para o alcance do desenvolvimento sustentável seria traçado por meio da agroecologia, mesmo reconhecendo a complexidade que envolve sua definição e sua prática. “A nova ATER nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de ATER baseados no difusionismo” (BRASIL, 2007, p. 1).

Portanto, no momento em que foi promulgada a PNATER, em 2010, e que o termo agroecologia foi substituído por “agricultura de base ecológica”, o descrédito dado a agroecologia foi confirmado. O interessante é que o novo modelo que constou na Lei n.º 12.188, de 2010, também pode ser considerado como “alternativo”, deixando dúvidas sobre as reais intenções do grupo que o propôs. O marco referencial em agroecologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (2006) chama a atenção para o termo “agricultura ecológica”, afirmando que esse deve ser expresso no plural, ou seja, “agriculturas ecológicas”, com a finalidade de explicitar a diversidade de agriculturas alternativas que fazem parte da agroecologia. As agriculturas ecológicas que se refere o texto são a agricultura orgânica, a permacultura, a agricultura biodinâmica e muitas outras que existem. Isso pode levar a acreditar que apenas um desses modelos citados seria a “agricultura de base ecológica” proposta pela política pública. Ao reconhecer a insustentabilidade do modelo convencional de produção, a agricultura de base ecológica proposta pode estar querendo representar, talvez, uma união entre o alternativo e o moderno, uma forma de criar um estilo de agricultura pouco ou muito afastado do padrão dominante. De acordo com Costabeber (1998, p. 41):

[...] atualmente são muitas as tecnologias chamadas ‘alternativas’ que já se incorporaram a agricultura industrial, mostrando com isso o dinamismo do modelo convencional em absorver e adaptar propostas e tecnologias que surgem inclusive desde o pólo oposto e de contestação. Com efeito, seria de se esperar que o futuro modelo mescle elementos da agricultura moderna com dados novos da pesquisa agropecuária e da Agroecologia.

Existe certo desconhecimento por parte da população do conceito e das informações em torno do termo e das práticas da agroecologia, talvez em razão da sua complexidade e por ser confundida simplesmente por uma agricultura praticada sem o uso de agrotóxicos, Hecht (1989, p. 28) afirma que “superficialmente definida, a

agroecologia incorpora ideias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos meios de produção”. No entanto, para dar mais profundidade e facilitar a compreensão do que é a agroecologia, é necessário entender primeiramente que alguns pesquisadores ao longo do tempo “começaram a ver o campo como um tipo particular de ecossistema – um agroecossistema – e a formalizar a análise do conjunto de processos e interações dos sistemas das culturas” (HECHT, 1989, p. 28). Isso significa que em lavouras cultivadas ocorrem os mesmos processos ecológicos que ocorrem em uma paisagem natural, em uma floresta, por exemplo, e, se esses processos forem analisados e compreendidos, torna-se possível produzir com redução de impactos sociais, econômicos e ambientais, o que resulta em um modo de produção considerado sustentável, sendo esse executado dando grande importância à relação homem/natureza. “[...] os agroecologistas vêem as pessoas como parte dos sistemas locais em desenvolvimento. A natureza de cada sistema biológico desenvolveu-se para refletir a natureza do povo – sua organização social, tecnologia e valores” (NORGAARD, 1989, p. 44).

Porém, trata-se de uma ciência que ainda carece de muitos estudos para convencer o público de sua eficácia, o que a faz cair em várias críticas como a de Veiga (1994), que ao realizar observações sobre o discurso agroecológico de alguns autores da área afirmou ser fácil perceber que o padrão tecnológico da revolução verde precisa ser superado, mas ainda há muita distância a ser percorrida antes que surjam as bases científicas da agricultura sustentável. Por essa e outras razões que grande parte da comunidade acadêmica considera a PNATER utópica, por essa propor que a extensão rural seja orientada por um modelo considerado alternativo, em construção, e assim questionado por sua validade científica. Souza Santos (2005 *apud* LTEIF et al., 2007, p. 7) confirma esse questionamento por afirmar que “[...] essas experiências sociais alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante enfrentam o problema epistemológico da validade e utilidade bem como enfrentam os conceitos de racionalidade e de eficácia, basilares para a ciência moderna”.

Além da validade científica, a agroecologia também enfrenta desafios em termos práticos, esses com base em alguns autores expressos a seguir:

- “A transição agroecológica pode demorar anos ou décadas, enquanto isso, a manutenção econômica do agricultor que não tem outra fonte de renda deve ser

repensada com outras estratégias de sobrevivência, ou através de políticas de crédito que levem em consideração essa realidade” (LTEIF et al., 2007, p. 8).

- A complexidade dos sistemas de produção existe, o que determina características específicas para cada local, sendo que “as tecnologias desenvolvidas em estações experimentais podem se mostrar inadequadas em regiões heterogêneas de agroecossistemas sustentáveis” (ALTIERI, 1989, p. 210).
- A disponibilidade de mão de obra, acesso e condições de crédito, subsídios, riscos previstos, obrigações familiares e tamanho da família são fatores críticos para o entendimento da lógica de produção (HECHT, 1989).

Mesmo conscientes dos desafios da produção agroecológica, os representantes da I Conferência Nacional de Assistência e Extensão Rural, em 2012, optaram por sugerir a volta do termo agroecologia para a PNATER. Na Declaração Política divulgada consta:

A política de Assistência Técnica e Extensão Rural tendo como princípios a agroecologia, o diálogo entre os saberes tradicionais e científicos, a abordagem territorial, considerando as especificidades de cada bioma e as diferentes identidades territoriais, é um instrumento estratégico e essencial para o acesso às políticas públicas no meio rural, a organização produtiva e econômica, e a implantação e consolidação do novo desenvolvimento rural sustentável, e deve ser fortalecida e consolidada (BRASIL, 2012).

Entende-se com essa afirmação os motivos da luta pela inclusão da agroecologia na PNATER, uma vez que essa é defendida como um modelo que teria mais afinidade com a extensão rural pública e com os agricultores que buscam atingir. Observou-se nesse trecho que, após ser mencionada a agroecologia, atribuíram-se valores à união entre os saberes tradicionais e científicos e às características locais dos biomas e dos territórios, sendo essas características marcantes do princípio agroecológico, o que pode atender da melhor forma as demandas e as especificidades da agricultura familiar por meio das políticas públicas. A agroecologia reafirmada dessa forma pode trazer mais confiabilidade do que os princípios e objetivos da PNATER possam ser efetivados. Altieri (1989, p. 119) afirma não existir dúvidas de que as técnicas agroecológicas são as mais apropriadas para programas de desenvolvimento agrícola, corroborando que “quanto mais pobre for o produtor, mais relevantes serão as técnicas de baixo insumo, uma vez que os agricultores pobres têm poucas alternativas de escolha, a não ser o uso dos seus próprios recursos”.

A agroecologia seria a melhor forma de recuperar a agricultura familiar dos prejuízos advindos da Revolução Verde, que fez os agricultores perderem a autonomia e

serem dependentes da indústria de insumos sem condições para isso, sem contar da quebra de valores culturais, da biodiversidade das unidades de produção, entre outros problemas. No entanto, para os princípios agroecológicos serem colocados em prática e para o enfrentamento dos seus desafios, existe a demanda por uma visão mais ampla e de entendimento do processo produtivo por todos os atores sociais envolvidos. A prática da extensão rural deve trazer resultados positivos para essas mudanças ao buscar a construção de um novo saber resultante da interação entre técnico e agricultor.

2.4.3. A nova extensão rural e seu desafio metodológico

A educação é um direito de todo o ser humano e um dos requisitos fundamentais para que o indivíduo tenha acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade (GADOTTI, 2005). Essa definição ajuda a entender o papel do extensionista no campo; porém, não deve se limitar a apenas isso, pois uma interpretação errônea pode remeter ao acesso a bens e serviços pelo agricultor, deixando de lado sua autonomia, ou seja, tornando-o dependente do governo e da tecnologia. De acordo com Freire (1996, p. 61), a educação é uma forma de intervenção no mundo, sendo “um erro decretá-la como tarefa apenas reprodutora da ideologia dominante como erro é tomá-la como uma força de desocultação da realidade, a atuar livremente, sem obstáculos e duras dificuldades”. Ao considerar a realidade do meio rural e a luta do agricultor que tem que tirar da propriedade o sustento da família, pode-se compreender que a tarefa do agente de extensão rural é complexa e de muita responsabilidade.

De acordo com a Lei n.º 12.188, de 2012, em seu parágrafo 2.º, a assistência técnica e extensão rural é definida como “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (BRASIL, 2010). Essa é a definição presente na PNATER, que é a política pública que norteia a atividade extensionista, sendo importante a compreensão dessa por todos os agentes envolvidos.

Quanto às classificações da educação em formal e não formal, Gohn (2006) assevera que a educação formal ocorre em ambientes com regras e padrões comportamentais em instituições regulamentadas por lei, ou seja, na escola. Já a educação não formal, segundo a mesma autora, acontece fora da escola, nos territórios que acompanham as trajetórias de vida dos indivíduos e grupos; nessa existe

intencionalidade na ação. Essa é a educação presente no texto da PNATER, a educação que “capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais” (GOHN, 2006, p. 29).

A extensão rural, no entanto, é um processo educativo fora do ambiente escolar, em que quem educa não é o professor e sim outro sujeito que tem conhecimento que pode ser útil no ambiente da comunidade rural. Segundo Dias (2012), a extensão é um processo de interação, pois remete a imagem do encontro entre um agricultor e um técnico em busca de um objetivo comum, que pode gerar benefícios a ambos e à sociedade. Segundo o autor, essa interação pode ser marcada por conflitos, até porque “a ação extensionista em qualquer situação, terá que lidar com a desigualdade, divergência, contraposição” (DIAS, 2012, p. 4).

A nova extensão rural proposta pela PNATER propõe um desafio metodológico que exige o preparo do extensionista para que esse cumpra com o seu papel longe da ideologia assistencialista, e o mais difícil, que rompa com o passado difusionista e produtivista. O extensionista deve interagir com o agricultor e contar com esse para diagnosticar as potencialidades do local onde vive e tira o seu sustento. Também por isso que a extensão é definida como não formal na PNATER, pois nessa “seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo” (GOHN, 2006, p. 29).

O papel do extensionista como educador se concretiza ao levar o indivíduo a compreender a realidade do seu entorno e despertar nele a consciência crítica. Sobre a consciência crítica, ao contrário da ingênua, Freire (1989) afirma que essa reconhece que a realidade é mutável, substitui explicações mágicas por princípios autênticos de causalidade, está sempre disposta a revisões, repele preconceitos, é inquieta, autêntica, democrática, indagadora, investigadora e dialógica.

É preciso considerar que para efetivar as políticas públicas como a PNATER é necessário o conhecimento da realidade local em sua especificidade, e que essa oriente as tomadas de decisões. Kummer (2007, p. 17) acredita que o extensionista deve ser um facilitador de mudanças e deve “oferecer apoio para que os agricultores familiares ou grupos assistidos reconheçam e analisem sua situação e definam tarefas e objetivos, habilitando-os a encontrar soluções sustentáveis”.

A lei de ATER propõe a “adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a

democratização da gestão da política pública” (BRASIL, 2010). Dessa forma, a PNATER orienta que os agentes de extensão utilizem metodologias que estimulem a participação do público envolvido em todas as etapas de projetos e ações e que essas resultem no desenvolvimento rural sustentável:

Na perspectiva participativa, a ação profissional passa a ser uma forma de trabalho em que o ponto de partida é o saber cotidiano do agricultor, que é traduzido pelo saber científico (...) nessa tradução o conhecimento científico passa pelo crivo do mundo da vida (...) pelo crivo das diferenças culturais e dos diferentes interesses sociais e políticos em jogo no campo da atuação profissional (COELHO, 2005, p. 88).

O traçado de estratégia de intervenção em uma nova extensão rural requer um número maior e mais diverso de informações que indiquem os problemas do campo e as metodologias que aproximem, de forma harmoniosa e objetiva, o público-alvo de seus extensionistas. O agente de extensão rural para atuar nessa nova proposta deve ter facilidade em interpretar a realidade das comunidades rurais, tarefa que vai além da técnica e que dificilmente esse conseguirá realizar sozinho. Isso significa que onde for atuar esse agente deve incentivar as pessoas do local a ajudá-lo a diagnosticar, planejar, executar e avaliar os resultados.

3. PERCEPÇÕES SOBRE A PNATER NO ESCRITÓRIO LOCAL DA EMATER DE MURIAÉ, MG

Para um melhor entendimento da relação entre o Escritório Local da EMATER-MG de Muriaé e a PNATER será exposto a seguir a realidade de cada um deles, começando pela caracterização da agricultura no município e partindo do pressuposto de que municípios em que predomina a agricultura familiar com ampla oferta de assistência técnica e afinidade com práticas alternativas de produção entre outras características estejam à frente nas possibilidades de efetivação da PNATER. Da mesma forma também é importante conhecer as características da EMATER-MG e do Escritório Local de Muriaé para que essas sejam utilizadas como suporte das análises das observações, das propostas dos documentos institucionais e dos depoimentos.

3.1. Breve caracterização da agricultura no município de Muriaé

Muriaé é uma das cidades pólo da Zona da Mata mineira. O município foi fundado em 1855. Na época, a atividade agropecuária era a que mais atraía os migrantes, em razão da cafeicultura de exportação, dos cereais para a subsistência e para o consumo local e regional, da criação de animais de corte e de leite e da extração de plantas medicinais. O município possui área territorial de 841,692 km². De acordo com o Censo do IBGE de 2010, a população total do município é de 100.765 habitantes; desses 7,48% residem na zona rural, resultado da constante migração da população do campo ao longo dos anos. Em 1970, a população rural era de 35,7% (Tabela 1).

Tabela 1 - População residente no município de Muriaé entre 1970 e 2010 (mil habitantes)

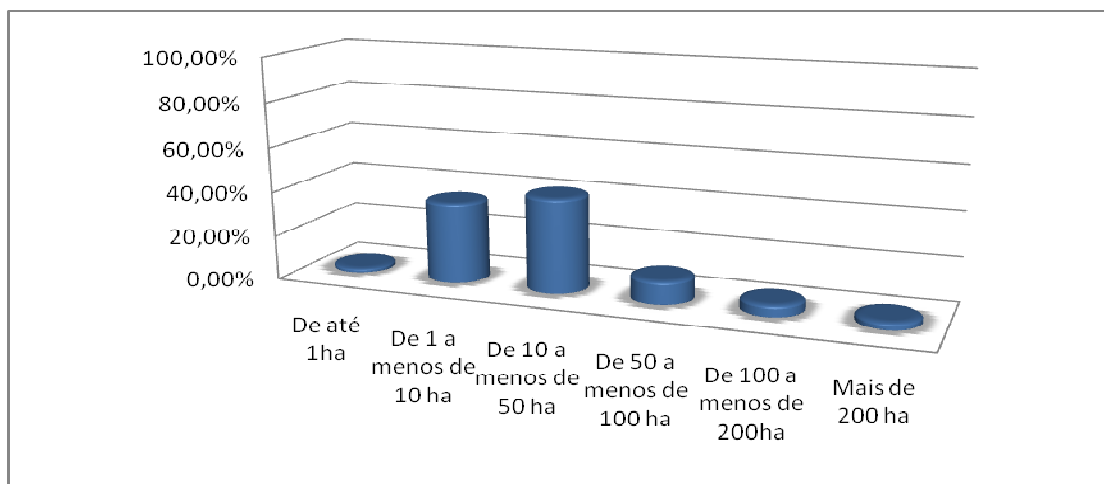
Ano	Urbana	Rural	Rural/Urbana	Total
1970	37.336	20.817	35,7%	58.153
1980	55.185	14.794	21,14%	69.979
1991	71.651	12.934	15,29%	84.585
2000	83.923	8.178	8,87%	92.101
2010	93.225	7.540	7,48%	100.765

Fonte: Elaborado pela própria autora com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).

A densidade demográfica é de 119,72 habitantes/km², com o índice de desenvolvimento humano de 0,773, segundo o IBGE (2000). Muriaé localiza-se no encontro das rodovias BR-116 e BR-356. São duas rodovias importantes, fato que traz influências econômicas e sociais para o município. Situada no entorno da Serra do Brigadeiro, faz divisa com as cidades de Rosário da Limeira, Miradouro, Mirai, São Sebastião da Vargem Alegre, Laranjal, Vieiras, Eugenópolis, Patrocínio do Muriaé, Barão do Monte Alto e é composta pelos distritos de Belisário, Boa Família, Pirapanema, Itamuri e Bom Jesus da Cachoeira.

As principais atividades econômicas estão relacionadas à indústria de confecções de vestuário, o que classifica esse município, popularmente, como “pólo da moda”. A retífica de automóveis se destaca como atividade econômica relevante. Já a agropecuária participa com apenas 4,74% do produto interno bruto do município. Segundo dados do Censo Agropecuário, realizado em 2006, a zona rural de Muriaé possui 1.456 estabelecimentos agropecuários; desses, 1.087 são considerados, segundo análise do próprio Censo, estabelecimentos de “agricultura familiar”, classificados de acordo com a Lei n.º 11.326 de 2006, que define o agricultor familiar como aquele que dirige o estabelecimento junto com a família; detém, a qualquer título, área inferior a quatro módulos fiscais; utiliza predominantemente mão de obra familiar; e tem renda familiar predominantemente originada das atividades do estabelecimento. O módulo fiscal estabelecido pelo INCRA para o município é de 28 hectares; sendo assim, a classificação de “propriedade familiar”, de acordo com a área máxima de quatro módulos fiscais para Muriaé, é de até 112 hectares. O gráfico a seguir confirma a predominância de estabelecimentos agropecuários no município com área menor que 112 hectares², indicando a predominância de um dos atributos legais para a definição de agricultura familiar.

² As categorias expostas no gráfico: de até 10 ha; de um a menos de 10 ha; de 10 a menos de 50 ha; de 50 a menos de 100 ha; de 100 a menos de 200 ha; e mais de 200 ha foram definidas com base na Tabela 1244 do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2010). Os intervalos foram definidos com a intenção de facilitar a distinção entre pequenos, médios e grandes estabelecimentos – classificação adotada pelo IBGE – e a proporção em que cada um deles representa no município.



Fonte: Elaboração da própria autora, com base do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2010).

Gráfico 1 - Número de estabelecimentos agropecuários no município de Muriaé, de acordo com o tamanho da área.

No Gráfico 1 também é apresentada a predominância de estabelecimentos com área menor do que 50 hectares, totalizando 1.180, o que representa 81% das propriedades do município. Ainda de acordo com dados do IBGE, das 4.822 pessoas maiores de 14 anos ocupadas com atividades agrícolas nesses locais, 2.923 possuem laços de parentesco com os 1.271 produtores(as) que dirigem o estabelecimento diretamente, ou seja, aquelas que não possuem administrador ou capataz, resultando em 87% em mão de obra familiar no município. De acordo com Lamarche (1998), a predominância da força de trabalho familiar na condução das atividades agrícolas é um dos principais elementos caracterizadores da agricultura familiar. O Censo Agropecuário de 2006 foi o primeiro a coletar dados sobre essa variável. Por esses dados, pode-se afirmar que a agricultura do município de Muriaé é predominantemente familiar.

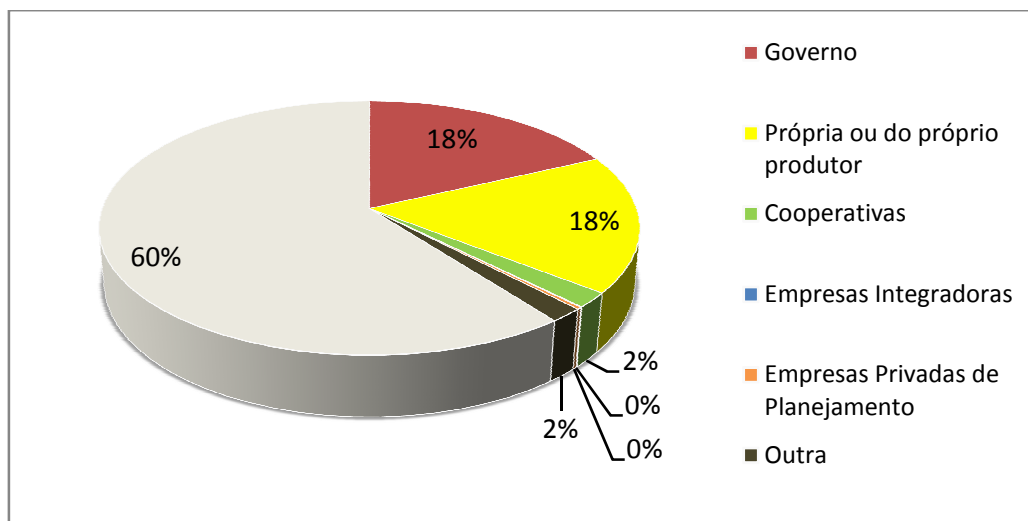
A atividade agropecuária que mais se destaca é a cafeicultura, que em 2006 teve 903 hectares de área plantada com o café arábica (*Coffea arabica*), alcançando produção de 1.699 toneladas. Destacam-se também a aquicultura de corte e ornamental com 297 hectares de tanques, lagos e açudes, produzindo, em 2006, 8.650 quilos de peixes de espécies variadas, sendo essas para corte e ornamental; a criação de bovinos, que de acordo com o IBGE, totalizava 54.274 cabeças de gado; a produção de folhosas, que vem crescendo no município; e as lavouras para autossustento das famílias, que, em 2006, totalizou uma receita anual obtida pelos estabelecimentos de R\$ 1.1328.000,00.

O nível de instrução das pessoas, as quais dirigem os estabelecimentos agropecuários, incluindo tanto a agricultura familiar quanto a “não familiar”, é variado. No entanto, a maior parte desse contingente, 46%, possui apenas nível fundamental incompleto. Do restante, 15% concluíram o ensino fundamental; 13% possuem o ensino médio completo; 3% são técnicos agrícolas; e 6% possuem curso superior. Ainda é encontrada a triste realidade do analfabetismo em 2% dos estabelecimentos agropecuários, ressaltando-se que 3% das pessoas que dirigem os estabelecimentos declararam ter procurado cursos para a alfabetização de adultos³. Esses dados representam, de fato, um desafio para a ação extensionista, pois os profissionais da extensão rural terão que adaptar suas técnicas e métodos, buscando trabalhar com recursos que estejam ao alcance de uma população que tem limitada capacidade de compreensão de textos e informações que requerem leitura e interpretação.

Em 2006, os proprietários de 918 estabelecimentos (63%) agropecuários declararam ao Censo que não recebem “orientação técnica especializada”⁴, enquanto 219 (15%) afirmaram “receber regularmente” e 319 (22%) asseveraram “receber ocasionalmente”. A origem desse serviço de orientação técnica pode ser compreendida por meio do Gráfico 2.

³ No Brasil, de modo geral, 42% das pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários possuem nível fundamental incompleto. Do restante 8,4% concluíram o ensino fundamental; 6% possuem ensino médio completo; 1,3% é técnico agrícola; 2,8% possuem curso superior; 24,5 % são analfabetos; e 5,3% declararam ter procurado cursos para alfabetização de adultos. Por esses dados é possível perceber que os agricultores que dirigem os estabelecimentos em Muriaé possuem melhor nível de escolaridade em comparação à média nacional.

⁴ “Orientação técnica especializada”, de acordo com IBGE, é a assistência prestada aos estabelecimentos agropecuários por profissionais habilitados com a finalidade de transmitir conhecimentos e orientar aos agricultores (IBGE, 2006).



Fonte: Elaboração da própria autora, com base do Censo Agropecuário de 2006.

Gráfico 2 - Origem da orientação técnica no município de Muriaé.

Observa-se, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 2, que 60% das pessoas dos estabelecimentos declararam não ter tido acesso à orientação técnica em Muriaé; 18% dessas declararam ter orientação técnica “própria ou do próprio produtor”⁵; e porcentual semelhante (18%) foi aquele que atribui a orientação técnica ao “governo”. A principal instituição de assistência técnica e extensão rural pública, classificada pelo IBGE como “governo”, atuante no município é a EMATER-MG. Portanto, os 18% que declararam que recebem orientação técnica por meio do governo, provavelmente a recebem por esse órgão.

Com relação às atividades produtivas e à organização dos sistemas de produção, o Censo Agropecuário 2006 informa que 66% dos agricultores declararam que não corrigem a acidez do solo por meio da calagem e que 57,5% responderam que utilizam a adubação, sendo 46% dessa feita por meio de adubos químicos; no restante, é utilizado esterco. São raros os estabelecimentos que declaram usar técnicas como a compostagem e utilização de húmus, sendo esses, respectivamente, 1,07% e 0,4% dos que utilizam a adubação de modo geral. Os agricultores da maioria dos

⁵ Quanto à origem das orientações técnicas, sendo essas atividades desenvolvidas no estabelecimento e prestadas por pessoa habilitada ou legalmente autorizada, o Censo Agropecuário conceitua as categorias que utiliza da seguinte maneira: Governo (federal, municipal ou estadual): por técnicos de órgãos governamentais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, universidades, secretarias de agricultura, EMATER, entre outras. Orientação técnica própria ou do próprio produtor: por técnico contratado pelo produtor ou executado por esse, caso possua formação para isso. Cooperativas: por profissional de cooperativas, desde que o produtor não tenha contrato de integração com essas. Empresas integradoras: por técnicos de empresas com as quais o produtor tenha contrato de integração. Empresas privadas de planejamento: por técnicos de empresas contratadas pelo produtor (IBGE, 2010).

estabelecimentos declararam não realizar nenhum sistema de preparo do solo para o plantio (64,5%); dos que utilizam, 84,7% realizam o cultivo convencional de aração e gradagem. Poucos agricultores plantam utilizando técnicas de cultivo mínimo (12,5%) e são raros os que plantam direto na palha (4%). Quanto às práticas de conservação do solo e da água, 56,8% dos agricultores afirmaram não realizar qualquer tipo de procedimento relacionado a essa questão e dos que realizam (43,2%, um número expressivo), 55% praticam plantio em nível e 51,6% fazem proteção de encostas. Também, 13,6% dos que adotam as práticas conservacionistas fazem por meio da rotação de culturas; 6,8% adotam o pousio ou descanso dos solos; e 7,1% usam as lavouras para reforma, renovação ou recuperação de pastagens.

Como alternativa para o controle de pragas e doenças em vegetais, 73,2% dos agricultores afirmaram não adotar qualquer tipo de técnica. Dos que adotam (apenas 26,8%), 96% fazem por meio do uso de caldas, repelentes, iscas e 9% por controle biológico. O Censo Agropecuário não informa os tipos de caldas, repelentes e iscas que são usados. Também não foram encontradas afirmações sobre o tipo de capina predominante, se manual ou química. No entanto, quanto ao uso de agrotóxicos, 11,74% do total de agricultores afirmaram que utilizam, constatando-se, em 2006, que duas pessoas haviam sido intoxicadas. De acordo com dados do Censo, apenas em 11 estabelecimentos agropecuários é praticada a agricultura orgânica⁶, representando 0,75% do total e apenas um deles é certificado. Nota-se, por esses dados, que a agricultura de base ecológica não tem presença significativa no município; a PNATER recomenda sua adoção pelos agricultores familiares, sendo a ação extensionista aquela que buscaria atuar “com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública” (BRASIL, 2010, p. 1).

3.2. Estrutura e ações do Escritório Local de Muriaé da EMATER-MG

A EMATER-MG de Muriaé abriu suas portas no dia 13 de abril de 1955, por reivindicação do presidente da Associação de Produtores Rurais do município na época. Os acontecimentos históricos a partir dessa data dialogavam com o contexto nacional. O

⁶ Quanto ao conceito de “agricultura orgânica”, o Censo Agropecuário afirma que são “práticas de produção agropecuária que não utilizam insumos artificiais (adubos químicos, agrotóxicos, organismos geneticamente modificados pelo homem – OGM ou outros), ou outra medida para conservação dos recursos naturais e do meio ambiente” (IBGE, 2010).

Escritório Local fundado era o da ACAR, prestes a filiar-se com a ABCAR, com uma missão diferente da EMATER atual. Naquela época, a Instituição tinha como missão “[...] levar à modificação de hábitos, como meio de atingir melhores níveis sócio-culturais e econômicos” da população rural mais pobre (FONSECA, 1985, p. 125). Acompanhando as transformações do campo e da sociedade e as mudanças do cenário da extensão rural brasileira, incluindo as esferas ambientais e novos conceitos, a missão da Instituição foi se reformulando; no entanto, o Escritório Local possui a mesma missão da EMATER-MG, a de “[...] promover o desenvolvimento sustentável por meio da assistência técnica e Extensão Rural assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira” (EMATER-MG, 2011, p. 9).

A EMATER-MG é uma empresa vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e é responsável em promover a assistência técnica e extensão pública no Estado. A Empresa tem seu escritório central localizado em Belo Horizonte, capital do Estado, onde fica a presidência, a diretoria executiva e outros setores de importância em uma organização. Distribuídas pelo Estado, ficam as unidades regionais e, em última posição na hierarquia institucional, estão os escritórios locais, que representam e praticam a extensão rural nos municípios. Esse é o caso do Escritório Local da EMATER-MG de Muriaé, composto por seis extensionistas, uma secretária executiva e uma auxiliar de serviços gerais.

Em 2011, a EMATER-MG de Muriaé relatou o atendimento a 901 agricultores familiares, envolvendo todas as atividades que a Instituição executa. Foram realizados 24 atendimentos a jovens rurais e a 38 pessoas de origem urbana. Essas procuraram o Escritório Local para receber orientações sobre horta doméstica, jardinagem e outros assuntos. Palestras, minicursos e outras atividades em escolas municipais na zona rural também foram realizados, totalizando, de acordo com dados do Escritório Local, 321 alunos atendidos.

Em relação às práticas de preservação ambiental, existe um programa municipal que visa capacitar os agricultores para recuperar as nascentes e o solo na propriedade. Foram orientados 254 agricultores no ano de 2011; entre uma atividade e outra foram plantadas mais de 14.000 árvores nativas e frutíferas no entorno das nascentes. No total, foram 13 hectares de área reflorestada, sendo essa distribuída em mais de 50 propriedades.

As despesas com assistência técnica e extensão rural (salários, encargos e despesas operacionais) resultaram no ano de 2011 em R\$ 1.365.115,54; desses, 249.524

são de origem do convênio com a municipalidade. Por esse convênio, a prefeitura disponibiliza e mantém a estrutura física para instalação do Escritório Local e paga uma ajuda de custo aos funcionários, complementando o salário que é pago pelo estado. Assim, o custo do convênio varia de acordo com a composição da equipe local.

As atividades dos agentes de extensão rural da EMATER são norteadas para a operacionalizar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, visando atender aos objetivos, aos métodos e às ações de cada uma delas. De acordo com Dias (2008), uma política pública, na prática, assume o formato de planos, programas ou projetos, oriundos de um diagnóstico elaborado sobre determinado problema e proposta para solucioná-lo. As demandas da agricultura familiar, unidas às reivindicações dos movimentos sociais do campo resultaram em aumento no número de políticas públicas para esse setor, sendo o extensionista, em muitos casos, o ator social responsável pela execução dessas. Essas políticas são implementadas como projetos e programas, estruturadas por diretrizes e normas que buscam orientar tal processo de implementação.

De acordo com Cohen e Franco (2011), projetos e programas são considerados como estruturadores da ação dos agentes, sejam esses públicos ou privados, porque fazem parte da institucionalização dos planejamentos, o que quer dizer que esses criam uma série de mecanismos, procedimentos, regras e orientações aos comportamentos que passam a ditar a conduta dos profissionais, os quais agem em busca do alcance de objetivos e cumprimento de metas. Para Pichardo (1985, p. 22), um projeto é “[...] a unidade mais operativa dentro do processo de planejamento e constitui o elo final de tal processo”. Assim, esses estruturam a ação profissional porque, ainda de acordo com o autor, estão orientados “[...] à produção de determinados bens ou a prestar determinados serviços específicos”. Já um programa é uma unidade do planejamento que pode englobar diversos projetos, buscando alcançar um mesmo objetivo. Para Cohen e Franco (2011, p. 85-86), um programa, na vida de uma organização, estabelece “[...] prioridades da intervenção, identifica e ordena os projetos, define o âmbito institucional e aloca os recursos a serem utilizados”. Essas definições são importantes para essa análise, pois permitem compreender os limites da ação individual e também a qualidade do alcance de orientações muito distantes dos contextos locais, como é o caso das políticas públicas.

Entende-se que a PNATER enfrenta o desafio de dialogar, e se articular efetivamente, com um conjunto de programas e projetos que fazem parte do cotidiano de ação da EMATER-MG, que é relativamente autônoma às políticas públicas em nível

federal, como também do cotidiano de ação do Escritório Local da EMATER-MG de Muriaé, que implementa uma série de programas e projetos que são de âmbitos estadual e municipal.

A EMATER-MG de Muriaé possui seis programas executados em nível municipal, sendo esses os programas de Cafeicultura, de Bovinocultura de Leite, de Olericultura, de Fruticultura, do Meio Ambiente e o de Bem-Estar Social. Além desses, todos os anos, o Escritório Local participa do Concurso Regional de Qualidade do Café e promove o Circuito de Eventos da Agricultura Familiar.

Na Tabela 2 são evidenciadas as políticas públicas em execução atualmente no trabalho dos extensionistas da EMATER de Muriaé.

Observa-se que esses programas dos governos federal, estadual e municipal possuem públicos diferenciados, objetivos diversos e preveem distintas formas de ação para sua implementação. Na prática, trazem considerável volume de atividades para os extensionistas. Esses, para executá-las, devem ter conhecimento do que trata cada uma delas e domínio sobre os diversos assuntos, como as técnicas de produção, colheita e pós-colheita, práticas conservacionistas, meio ambiente, crédito, legislação sanitária, tributária e trabalhista, mercado, associativismo, certificação etc., além de ter a metodologia específica para o trabalho e boa comunicação com os agricultores.

Diesel et al. (2006) relatam que existe diversidade de campos e formas de atuação na ação extensionista e que as unidades operativas locais nem sempre se orientam pela PNATER. Os mesmos autores afirmam que a ausência de um enfoque teórico-metodológico para guiar as ações pode influenciar no direcionamento dessas, que correm o risco da descontinuidade e da fragmentação, ou seja, um desenvolvimento simultâneo de uma diversidade de ações acima da capacidade operacional da equipe pode conduzir à dispersão e fragmentação das ações. O impacto da implementação desses programas no cotidiano da ação extensionista no Escritório Local da EMATER-MG, em Muriaé, será analisado posteriormente.

Tabela 2 - Políticas públicas (programas e projetos) em execução no município de Muriaé

Política pública	Descrição	Atuação do Escritório Local da EMATER de Muriaé
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF	Política pública do governo federal que disponibiliza crédito com taxa de juros que varia de 0,5 a 4,5% ao ano (de acordo com a renda bruta familiar) para as atividades produtivas geradoras de renda na agricultura familiar. Para ser beneficiário do programa, o agricultor deve ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), sendo esse um documento obrigatório, pois mostra a que condições a família se enquadra. O enquadramento depende da finalidade e renda bruta anual. O DAP também faz parte das exigências para a participação do agricultor em outras políticas públicas. Essa declaração é emitida por órgãos públicos, como a EMATER, e também por outros como sindicato e associações de produtores rurais. Com a declaração em mãos, o agricultor deve procurar a EMATER para elaborar um projeto técnico.	Em 2011, foram emitidas 692 declarações de aptidão ao Pronaf e contratados R\$ 3.300.000 em projetos do Pronaf.
Programa Minas sem fome	Programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo buscar a segurança alimentar e nutricional, “estimular a produção de alimentos, agregação de valor e geração de renda visando a melhoria de suas condições de segurança alimentar e nutricional” (EMATER-MG, 2011, p.24). Cada município tem seu conselho ou comitê gestor que analisa as demandas cadastradas e compatibiliza com os recursos disponíveis. Os beneficiários do programa são pessoas em situação de vulnerabilidade social, organizadas por meio de entidades comunitárias com projetos de interesse coletivo. As ações baseiam-se em fornecimento de insumos, equipamento e unidades coletivas para o incentivo da produção como tanques comunitários de coleta de leite a granel, implantação de projetos para agregação de valor a esses produtos, projetos de capacitação para os beneficiários e jovens rurais.	Em 2011, 63 agricultores foram beneficiados em alimentação e nutrição; desses 36 estão processando artesanalmente a produção. Cursos estão sendo ofertados para processamento dos produtos artesanais como pães, bolos e compotas.
Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	Trata-se de uma das ações do programa Fome Zero e do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Tem como objetivo articular a aquisição de produtos da agricultura familiar com isenção de licitação para entidades da rede socioassistencial e também para composição de cestas básicas. O papel da EMATER tem sido o de “inserir agricultores familiares no mercado, orientando sobre as exigências sanitárias, tributárias, trabalhistas, ambiental, bem como sobre a produção” (EMATER, 2011, p. 27).	Em 2011, a EMATER articulou para que 61 agricultores familiares comercializassem no programa. Existe a meta cadastrada no PMATER para que, em 2012, 20 agricultores comercializem pelo PAA, o que já foi atendida em junho.
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	O programa conhecido como merenda escolar está regido pela Lei 11.947 de 2009, que determina a utilização de no mínimo 30% do recurso repassado pelo governo federal para alimentação escolar, na compra de produtos vindos da propriedade ou de associações familiares.	No ano de 2011, 61 agricultores comercializaram pelo PNAE. Existe a meta para 2012 de 50 agricultores e essa já foi atingida.
Programa Certifica Minas Café	A EMATER de Muriaé conta com um dos seus extensionistas para trabalhar exclusivamente no programa Certifica Minas Café. O programa tem como objetivos identificar as propriedades produtoras de café, auxiliar na sua certificação e, em favor da qualidade e valorização dos cafés mineiros, articular a rastreabilidade, a conquista de novos mercados e a preservação ambiental e social da unidade cafeeira.	Existe a meta para o final de 2012 de chegar a 12 propriedades cafezeiras certificadas.
Projeto Transformar – Juventude Rural	No sítio da EMATER-MG na internet, na página em que fala sobre o projeto transformar, consta a afirmação de que o projeto está de acordo com as diretrizes da PNATER. Na grade dos cursos oferecidos consta assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável, agroecologia, associativismo, entre outros. O atendimento desses jovens acontece por meio de qualificação, a fim de tornar o jovem capaz de ter acesso ao crédito na linha Pronaf jovem.	A EMATER regional de Muriaé foi destaque no ano de 2007 por promover uma excursão a uma área agroecológica no Espírito Santo com o objetivo de trabalhar o tema agricultura sustentável. Em 2011 dois jovens foram selecionados para participar da qualificação no município de Leopoldina.

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do Relatório Anual da EMATER-MG (2011); e do Relatório da EMATER-MG, Escritório Local de Muriaé (2011).

Na EMATER-MG, o programa estruturador responsável pela capacitação de extensionistas é o Projeto Inovar, lançado em 2003, mesmo ano do lançamento da PNATER. Esse programa tem como um dos seus objetivos “[...] qualificar os extensionistas da EMATER-MG para atuarem no processo de desenvolvimento sustentável, por meio da construção coletiva de conceitos, da socialização dos conhecimentos e da sua incorporação planejada na ação extensionista” (EMATER-MG, 2005, p. 3). Além das capacitações oferecidas pelo projeto, são oferecidos aos extensionistas *kits* com cartilhas e vídeos que apresentam os temas desenvolvimento local sustentável, planejamento participativo, gestão social, agroecologia, conselhos e lideranças, territórios e comercialização. Esses temas fazem parte da PNATER, sendo o Projeto Inovar uma forma de preparar o extensionista para que a capacitação se cumpra, porém de forma consciente de que se trata de um processo que não obterá resultados imediatos, o que é possível observar no trecho a seguir, na época em que os “princípios da agroecologia” compunham o modelo orientador das ações a serem adotadas a partir da PNATER:

É importante frisar que, ao levar este tema para reflexão, a Empresa não está sinalizando para a obrigatoriedade de sua aplicação imediata, mesmo porque a Agroecologia não é um fim em si mesma, mas um processo para uma agricultura preocupada com as diversas vertentes da sustentabilidade. E isso é um processo que não se dá de forma imediata (EMATER-MG, 2005, p. 9).

Entende-se que o Projeto Inovar é de extrema importância para a efetivação dos princípios e objetivos da PNATER, pois esse surge, supostamente, de uma demanda da sociedade atual, de superar os impactos ambientais e socioeconômicos advindos da modernização conservadora da agricultura, com novas temáticas e ações, sendo a qualificação indispensável para o andamento desse processo. De acordo com o discurso institucional presente no documento de apresentação desse programa, “o importante, no momento, é todos se conscientizarem da necessidade de se caminhar para a proposta de desenvolvimento sustentável, contida na missão da Empresa, e com a Política Nacional de ATER” (EMATER, 2005, p. 9).

Para auxiliar no trabalho da EMATER, não só para o Escritório Local de Muriaé, mas para todos os outros, existe o Plano Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural (PMATER). Trata-se de um instrumento de planejamento estratégico, com planilhas que circulam entre os escritórios, fazendo a ligação entre escritório local, regional e central, de modo a facilitar as ações e quantificar e avaliar o trabalho.

O planejamento elaborado no PMATER é anual, sendo que primeiramente a definição do número de agricultores a serem atendidos parte da sede da EMATER-MG de Belo Horizonte. Após essa definição, em reuniões das unidades regionais, é negociado e definido o número de agricultores a serem atendidos em cada município, em cada programa estruturador e também por cada extensionista. O PMATER possibilita a definição de metas estratégicas, sendo essas expressas pela estimativa do número de agricultores que necessitam do atendimento do extensionista em cada assunto. Esse Programa oferece oportunidade de cadastro e inclusão de programas municipais elaborados por meio dos resultados de diagnósticos realizados também pelas negociações entre os extensionistas, agricultores e municipalidade. Também possibilita realizar previsão do atendimento ano a ano, de até cinco anos, de acordo com o número de técnicos e de agricultores, tanto de modo geral quanto em cada projeto.

Para o Escritório Local da EMATER-MG de Muriaé, as metas estabelecidas para 2012 são: atender a 835 agricultores familiares; viabilizar para que 20 agricultores familiares entreguem alimentos para o PAA; viabilizar também para que 50 agricultores entreguem produtos para o PNAE; obter 12 propriedades cafeiras certificadas pelo programa Certifica Minas Café; e garantir a apresentação de um relatório anual de atividades à municipalidade. Também são definidas as metas dos programas municipais, que são as seguintes: garantir o atendimento a 100 agricultores no programa cafeicultura; incluir 160 agricultores no programa de bovinocultura de leite; atender 764 agricultores no programa de meio ambiente; incluir 75 agricultores no programa de olericultura; disponibilizar 767 atendimentos no programa de bem-estar social; e atender 60 agricultores no programa de fruticultura. Esse planejamento totaliza para cada extensionista o atendimento a 165 agricultores por ano. Esses números representam uma estimativa da necessidade de cada programa, realizada por meio do resultado do diagnóstico e do planejamento do número de agricultores envolvidos em cada atividade.

Como afirmado anteriormente, por meio do PMATER também é executada a avaliação do trabalho do extensionista, ou seja, o sistema sinaliza se o extensionista cumpriu ou não a meta predefinida. A avaliação é representada na planilha de avaliação por meio de faróis coloridos; o farol na cor verde representa que a meta foi atingida; na cor amarela sinaliza que o extensionista está, em determinado período do ano, 5% abaixo da meta programada; e o vermelho sinaliza o não cumprimento da meta programada. Caso o extensionista não cumpra a meta, ele pode justificar os motivos e essa pode ser renegociada. Também pode acontecer de o extensionista ou a equipe

ultrapassar as metas, o que é visto pela Instituição como um ponto positivo, porém isso não vem acontecendo no Escritório Local de Muriaé, em razão da carência de técnicos para o serviço.

Em Muriaé, as demandas do município são diagnosticadas por meio da rotina de trabalho do extensionista ao visitar as comunidades e as residências dos agricultores, que são discutidas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Essas demandas são transformadas pela EMATER em programas municipais, e o número de agricultores a ser atendido por esses programas é definido de acordo com o que já foi estabelecido anteriormente pelas reuniões na unidade regional e de acordo com os programas estruturadores de governo. Essas metas, que são adaptadas para o município, são avaliadas pela unidade regional, realizando-se reuniões aproximadamente a cada três meses para acompanhamento.

3.3. A PNATER e o cotidiano dos extensionistas do Escritório Local

As informações apresentadas a seguir são resultado do questionário aplicado aos extensionistas do Escritório Local da EMATER de Muriaé. O tema foi a relação desses com a PNATER. As respostas foram complementadas por depoimentos dos próprios extensionistas, por ocasião da aplicação de uma dinâmica de grupo, inspirada pelo método do grupo focal. Esse procedimento metodológico foi complementado de análise documental e, por fim, foi utilizada a literatura para dialogar com as afirmações, trazendo para a discussão os argumentos de autores que compartilham reflexões sobre o mesmo assunto.

A partir da análise das respostas dos entrevistados, foi possível compreender a rotina de trabalho dos extensionistas do Escritório Local da EMATER-MG de Muriaé e a relação deles com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)⁷. Começando pela visão que esses têm sobre sua atividade e o tempo que trabalham na EMATER-MG, dois deles, os extensionistas 3 e 4, estão há 37 anos na empresa; o 2 trabalha há 36 anos; o 1 já possui uma experiência de 20 anos na EMATER-MG; e o 4 está há 31 anos. Eles já tiveram muitas idas e vindas ao Escritório Local de Muriaé, passando por vários municípios, com exceção do extensionista 1, o qual esteve em outros municípios, estando na EMATER de Muriaé há oito anos. A

⁷ Para preservar a identidade dos entrevistados, garantindo a confidencialidade dos dados, os sujeitos da pesquisa serão identificados por números.

maioria deles ingressou na EMATER-MG em meados da década de 1970, na época em que o sistema Acar já havia sido substituído pelo sistema Embrater.

É relevante observar que todos os entrevistados demonstraram se sentir à vontade para falar sobre o trabalho que realizam. O extensionista 4, por exemplo, atestou que sua profissão “é muito gratificante” e que é “muito bom trabalhar na EMATER”, uma empresa que, na zona rural, “faz até parto se for preciso”, como declarou já ter feito. Percebeu-se, de modo geral, nas entrevistas, exaltação da atividade, quando destacaram a diversidade do trabalho que realizam. Importante destacar que tal diversidade, de campos de atuação do extensionista e suas múltiplas habilidades, é parte do discurso – geralmente instigado pela recuperação da trajetória profissional – de construção de identidade profissional presente em vários relatos, que também é revelador do ambiente de carências que esses encontram cotidianamente nos espaços rurais, onde quase tudo é precário em que o Estado – com suas políticas públicas, bens e serviços – é bem mais ausente do que nos espaços urbanos.

Ao relatar as atividades que eles executam cotidianamente na EMATER-MG, observou-se que os extensionistas entrevistados destacam uma diversidade importante de ações, atividades, atribuições, responsabilidades etc. Um exemplo desse tipo de resposta é oferecido pelo extensionista 2, quando esse lista um conjunto de temas que fazem parte, de acordo com sua percepção, das atribuições cotidianas dos extensionistas do Escritório Local:

Cooperativismo e organização (sindicato e lideranças); comercialização e compra em grupos; culturas como café, hortaliças (folhosas), frutas, feijão, mandioca, milho, inhame, reflorestamento, seringueira, cana de açúcar, sorgo, arroz, plantas aromáticas. Pecuárias: bovino (leite e corte), frango caipira (corte e postura), piscicultura (corte e ornamental) e porco caipira. Agroindústria rural: cachaça, rapadura e melado. Meio ambiente: legalização de reserva legal, proteção de nascente, conservação de solo, recuperação de área desmatada, manejo de matos em lavouras permanentes, uso correto da água, legalização do uso da água (outorga), destino correto do lixo doméstico e dejetos, uso correto de agrotóxicos e destino de suas embalagens. Controle alternativo de pragas e doenças. Elaboração de projetos para agricultores familiares e do agronegócio. Elaboração do PMATER. Realização do dia de campo, encontro minas sem fome e agroindústria. Realização do concurso regional de café da região das Matas de Minas/Região de Muriaé.⁸

A resposta do extensionista chama a atenção para a extensão da lista de temas. Como seria possível dar conta de tantos e tão diversos temas? Essa diversidade se

⁸ Para diferenciar a transcrição das falas dos sujeitos da pesquisa da citação direta dos autores ao longo do texto, optou-se por colocá-la em itálico.

espalha por várias áreas do conhecimento, das Ciências Sociais Aplicadas às Ciências Agrárias, demandando, aparentemente, um rol igualmente diverso de competências e habilidades profissionais. Este tipo de resposta foi comum entre todos os entrevistados. O profissional extensionista como aquele que deve “faz[er] até parto se for preciso” parece não estar apenas no imaginário daqueles que recontam sua trajetória, mas torna-se presente, como suposta exigência profissional, principalmente em resposta àquilo que demanda os planejamentos institucionais.

Ao analisar o PMATER, percebeu-se que a lista citada pelo extensionista 2 representa na verdade um conjunto de “ações práticas” que devem ser respondidas de acordo com o planejamento da ação. É possível notar que as respostas dos extensionistas à questão sobre suas atividades cotidianas estão ligadas aos programas municipais cadastrados no PMATER, que têm suas metas estabelecidas e divididas entre os técnicos, sendo esses, como explicado anteriormente: o programa de cafeicultura, bovinocultura de leite, meio ambiente, olericultura, bem-estar social e fruticultura. Esses não são desvinculados dos programas dos governos estadual e federal, como o Certifica Minas Café, o Pronaf e o PNAE. Quando o extensionista visita um agricultor que pretende contratar o crédito do Pronaf em sua propriedade e esse possui frutas, café e gado de leite, e ainda pretende cultivar hortaliças, ele, após prestar as orientações técnicas necessárias, cadastra no PMATER o atendimento a um agricultor em fruticultura, cafeicultura, bovinocultura de leite, horticultura, emissão de DAP e elaboração de projeto para o Pronaf, resultando, no modo de falar do extensionista da EMATER, “em seis produtos”. Do mesmo modo, a lógica das “ações casadas” está presente no programa de cafeicultura, em que estão inclusas as ações de certificação do Certifica Minas Café, o concurso de qualidade do café, que é regional, um dia de campo sobre o tema, a proteção das nascentes na propriedade cafeeira, a conservação do solo e a orientação técnica sobre o destino das embalagens de agrotóxicos.

O fato é que a enorme lista de atividades citada pelo extensionista é condensada por meio de ações casadas, ou seja, as atividades se unem, fazem parte de programas ligados por semelhanças de objetivos, mas que não deixam de resultar em uma extensa lista de atividades distintas, implicando diversidade e diversificação das ações, por ser o trabalho do extensionista rural abrangente em termos de campos de atuação. Segundo Diesel et al. (2006), esses campos são diferentes e não se restringem apenas à esfera da produção, mas também aos campos social e ambiental. Os mesmos

autores afirmam que essa diversidade pode ser entendida como produto de forças contraditórias: de um lado, a força de um padrão de atuação tradicional da organização; de outro, a das mudanças na orientação geral das políticas públicas; e à relacionada à predisposição do extensionista à aprendizagem⁹. No entanto, o conhecimento da PNATER pelo extensionista e a inspiração dos seus princípios e objetivos pelos escritórios locais podem influenciar de maneira positiva no direcionamento das ações. Isto acontece porque ao tomar a política como referência teórico-metodológica para o trabalho, as mudanças de orientações das políticas públicas podem ser mais bem compreendidas, resultando maiores possibilidades de rompimento com velhos padrões conservadores e maior abertura a mudanças.

Ao serem questionados sobre a PNATER e a opinião deles sobre a política, os extensionistas revelaram ter, de modo geral, conhecimento das inovações propostas pela política. O extensionista 3, por exemplo, contrariando a percepção geral, afirmou “não conhecer a política” e não entrou em detalhes sobre as implicações do seu desconhecimento para a sua ação ou para a empresa. O extensionista 2 afirmou conhecê-la por meio da empresa, em alguma capacitação que fez, e também pela leitura das chamadas de ATER, dizendo que “reconhece o desafio que implica a política”, porém não escondeu sua preocupação principal com os “fatores produção e comercialização”. Esse extensionista questionou, ainda, e em aparente contradição com sua ênfase nos “fatores produtivos e econômicos”, a capacidade do “sistema de ATER” e do “currículo das universidades e escolas técnicas” para preparar o profissional aos desafios colocados pela PNATER, apontando para as exigências profissionais que a ele parecem ser necessárias à dessas. Esse é o padrão geral de respostas dos entrevistados, revelando um conhecimento geral de que a PNATER representa uma mudança importante, embora não compreendam, de fato, qual o sentido da mudança e se estariam preparados ou não para a efetivação dela. O extensionista 4 afirmou conhecer a PNATER pela intranet da empresa e pela página do Ministério do Desenvolvimento Agrário na internet. Esse afirmou ser essa política excelente para o desenvolvimento da agricultura familiar, mas não aprofundou sobre o assunto.

⁹ As forças contraditórias mencionadas por Diesel et al. (2006) vêm da trajetória da organização, como “força estruturante”, que definem um padrão de atuação tradicional da organização e o reproduzem constantemente; das mudanças das orientações das políticas públicas que podem provocar novos campos de atuação e novos momentos históricos de transição; e da predisposição do extensionista à aprendizagem, que faz o extensionista refletir sobre sua prática e modificá-la experimentalmente.

Mesmo sendo reconhecida como uma mudança importante foi possível perceber, no trabalho de observação sistemática da ação dos extensionistas no Escritório Local da EMATER-MG de Muriaé, que a PNATER é pouco presente na rotina de trabalho desses extensionistas, pois essa política tem como fundamento teorias, que são referências para orientar as ações, que exigem estudo individual ou coletivo. Esse esforço de aprendizado não pareceu possível de ser conduzido por causa da diversidade de ações que o extensionista deve executar no dia a dia como as políticas que exigem o esforço de operação imediata, como o PRONAF, PAA e PNAE.

No entanto, mesmo com a pouca visibilidade da PNATER do cotidiano do trabalho, a pergunta seguinte, direcionada aos extensionistas, foi sobre essas mudanças que foram perceptíveis após o surgimento da política. A mudança mais visível, identificada nas respostas dos extensionistas, foi em relação aos recursos. Eles afirmaram que houve aumento dos recursos e esses, na opinião do extensionista 4, *“aumentam as possibilidades de realização de um bom trabalho”*. É provável que essa resposta tenha surgido como resultado de uma comparação entre as condições atuais, em que estão presentes as novas políticas públicas, e os novos programas estruturadores, com recursos disponíveis para serem executados com as nem sempre boas condições que tiveram ao longo da trajetória profissional para realizar o trabalho. Evidente que, ao responder, esses extensionistas, que têm muitos anos de profissão, utilizaram, quase que intuitivamente um recurso comparativo, lembrando-se da época da crise da extensão rural pública, em que os recursos eram escassos, ameaçando, inclusive, a própria sobrevivência da Instituição.

Entretanto, o extensionista 2 faz a comparação dos recursos para o trabalho nos programas estruturadores com os recursos investidos em estruturas dos escritórios, salários e encargos dos profissionais, quando afirma que *“não tem faltado recursos para trabalhar com agricultores familiares, embora precisem mais recurso e melhores salários para os profissionais”*. Esse mesmo assunto, o extensionista volta a discutir, e entrar em mais detalhes, no momento da dinâmica do grupo focal, que será tratado no próximo item.

O mesmo extensionista acrescenta mais mudanças que, na sua percepção, foram advindas com a PNATER, como *“mudança de postura”* do extensionista com a busca de novos conhecimentos. Atribui-se a isso ao fato de o extensionista ter que lidar atualmente com as novas temáticas que são propostas pela PNATER e relativamente assumidas pela EMATER-MG e, conseqüentemente, pelo Escritório Local como a

agricultura de base ecológica, questões de gênero, geração, raça e etnia, comunidades tradicionais, entre outros temas que tempos atrás não faziam parte de documentos oficiais e que hoje estão presentes nas chamadas de ATER e na descrição desses novos programas estruturadores. Segundo Dias (2007), as políticas públicas representam importantes referências à ação, sinalizando que há concepções que merecem ser debatidas publicamente. O extensionista precisa estar atento a essas concepções e utilizá-las na construção de um novo conhecimento que pode auxiliá-lo a compreender uma nova realidade.

Na PNATER, a definição dos agricultores familiares como público preferencial também chama a atenção do extensionista para a mudança que esse percebe como importante: “a empresa definiu que seu público alvo é o agricultor familiar”. Essa mudança, na visão do extensionista 2 passou a requerer maior conhecimento sobre as necessidades desse público e suas limitações, ou seja, os problemas que a agricultura familiar enfrenta são numerosos e são vistos pelos extensionistas como uma das principais barreiras para o atendimento de qualidade, elemento que será analisado mais adiante. O extensionista 2 também questiona a possibilidade de o trabalho ser norteado pelos princípios da agricultura ecológica:

Terão que passar a produzir em base agroecológica. Para tanto será necessária mudança. O mercado será que está disposto a pagar por esse diferencial na produção? As escolas e universidades vão mudar seus currículos, para atender essa base de produção? As pesquisas estão preparadas para produzir novas tecnologias? Todo o sistema de ATER, em nível nacional, está preparado para esse novo paradigma de produção? Os poderes municipal, estadual e federal falam a mesma língua? As empresas de insumos e agrotóxicos estão vendo esse novo sistema de produção com bons olhos?

Nota-se que são vários os questionamentos apresentados pelo extensionista em torno da adoção da agricultura de base ecológica proposta. Com esses questionamentos, ele pretende afirmar que “a mudança de postura”, que foi citada anteriormente, não deve partir apenas dele, pois, para que ele mude, antes o mercado, as escolas, as universidades, as pesquisas e inclusive todo o sistema de ATER precisariam mudar, como se fosse uma corrente em que seus elos devem ser semelhantes para não se romperem. Ele também questiona a posição das poderosas empresas de agrotóxicos frente à agricultura de base ecológica, argumentando que os representantes dessas empresas geralmente aparecem na propriedade antes do extensionista, fazendo receituários e vendendo produtos.

Os questionamentos apresentados pelo extensionista fazem parte dos eixos de discussão das conferências e seminários de ATER¹⁰, representando assim desafios para a efetivação da PNATER. É possível notar pelo discurso que o extensionista não compreende a agricultura de base ecológica como uma mudança perceptível após a PNATER, pois essa não está consideravelmente modificando a agricultura em Muriaé. Ele percebe na proposta da PNATER uma possibilidade de um problema futuro, acreditando que as instituições vão ter dificuldades em interagir para que essa política aconteça. É importante ressaltar que o tema da agricultura de base ecológica, além de outros, aparece constantemente nas respostas dos extensionistas.

Entre os extensionistas entrevistados percebeu-se uma valorização de um tipo de mudança destacado por todos como imediatamente perceptível após a PNATER: o aumento de recursos para a execução das políticas públicas. Aparentemente, a reflexão sobre essa mudança, considerada pelos extensionistas como positiva, por melhorar o atendimento e as condições de trabalho com os agricultores familiares, deu embasamento para a resposta da próxima questão que esses responderam sobre a efetivação da PNATER e das condições que seriam necessárias à sua efetivação. Quanto a essa questão, a resposta que predominou foi a crença na efetivação da PNATER. Essa foi a opinião do extensionista 4. Para ele, a PNATER é uma realidade já existente, pois também é uma política preocupada com tema do meio ambiente. Notou-se que esse é um tema que o extensionista entende como uma preocupação atual e, por estar presente como princípio da PNATER (a sustentabilidade do desenvolvimento rural), chamou a atenção dele para a percepção da efetividade da PNATER, ou seja, como o assunto da ordem do dia é o meio ambiente, há investimentos públicos (“recursos”) para que esse tema seja trabalhado pela extensão rural.

O extensionista 2 também acredita que a PNATER “pode dar certo”, *“desde que os recursos também apareçam para investir mais em treinamento para os técnicos do campo”* e para (ele repete uma fala anterior) *“equipar melhor os escritórios locais”*. Pettan (2010) afirma que o DATER vem se esforçando para garantir recursos para assistência técnica desde 2003, chegando a R\$ 734 milhões, em 2009. No entanto, esse valor foi distribuído entre as regiões brasileiras, e a Região Sudeste foi a que menos recebeu recursos durante esse período, R\$ 185 milhões, representando 13% do montante nacional, e que parte desse é destinado a convênios com as EMATERs e a outra parte

¹⁰ As conferências e os seminários de ATER foram eventos de discussão sobre a PNATER, realizados em vários estados que precederam o Seminário Nacional de ATER, em 2008, e a Conferência Nacional de ATER, em 2012.

com contratos com instituições não governamentais. Talvez seja esse um dos motivos de ainda existir essa carência no Escritório Local de Muriaé, sem esquecer que esses recursos são somados aos valores vindos da municipalidade. A diferença de valores na distribuição dos recursos do DATER origina-se pela necessidade de priorizar as regiões mais carentes; onde os serviços públicos de ATER sofreram mais com a desestruturação do sistema a partir de meados dos anos 1980. Com isso, a Região Nordeste foi a que mais recebeu recursos, sendo 40% do montante aplicado no país. Esses recursos foram os “[...] que financiaram as atividades de capacitação, assistência técnica e melhoria da infraestrutura física (aquisição de equipamentos e veículos) das entidades de ATER no Brasil, entre os anos de 2003 a 2009” (PETTAN, 2010, p. 218).

Os extensionistas enfrentam dificuldades no cotidiano do trabalho no município, sendo esse o tema da próxima questão. As respostas, de modo geral, indicaram que as dificuldades maiores que eles encontram são advindas do próprio contexto em que atuam, como exemplificado pela resposta do extensionista 4, em que ele afirma existir uma *“má remuneração dos produtos produzidos pelos produtores rurais, com isso, o êxodo rural é uma realidade gritante, sendo que dentre em breve não haverá produtor rural”*.

Com isso, esse extensionista prevê uma futura ameaça aos serviços de extensão rural, que pode ocorrer por “falta de clientes”. Os agricultores do município de Muriaé estão diminuindo e, segundo os extensionistas, isso vem acontecendo em razão da *“baixa rentabilidade da atividade explorada pela agricultura familiar”* (extensionista 3). Essa “baixa rentabilidade” faz com que o campo sofra com problemas consequentes, que são citados pelo extensionistas 2, sendo a falta de liderança no meio rural um problema derivado do “esvaziamento do espaço rural”; da “falta autoestima” dos agricultores familiares que permanecem na roça, pois esses têm receio de mudar de atividade e não acreditam nas políticas públicas como o PAA e o PNAE.

O extensionista 2 citou também a questão das estradas rurais e a dificuldade que os agricultores têm em se adaptar ao que ele denomina de “sistema de associativismo”. Essas dificuldades exigem ainda mais preparo dos extensionistas para enfrentá-las; com isso, torna-se necessário que eles sejam “animadores e facilitadores” de processos de transformação social, para estimular esses agricultores a buscar soluções.

É possível que esses desafios possam ser enfrentados com ajuda de metodologias participativas como o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que

permitiria que as comunidades analisassem sua própria situação e refletissem juntas sobre as possibilidades de solução¹¹. Segundo Caporal e Ramos (2006), a nova ATER requer o preparo do extensionista para usar técnicas e instrumentos que permitam as negociações e a ampliação da capacidade de decisão dos grupos sobre a realidade e também para criar condições objetivas necessárias ao fortalecimento da cidadania.

O tema “metodologias participativas” será melhor discutido no próximo item, em que serão apresentados os resultados do encontro, com base na técnica do grupo focal, que também pode ser considerada uma metodologia participativa. Nesse item, os extensionistas amparados pelo espírito de grupo expõem mais claramente suas percepções sobre diversos temas que fazem parte da PNATER e suas implicações no cotidiano de suas ações.

3.4. A PNATER no Escritório Local de Muriaé e os desafios para sua efetivação

Para dar início e incentivar as discussões do grupo focal foi utilizado o depoimento dado pelo gerente regional da EMATER-MG, em um evento realizado recentemente para o encerramento, homenagens e entrega de certificados de cursos e troféus do torneio leiteiro de curral, como também de encontros que fizeram parte dos eventos da agricultura familiar em 2012. O gerente citou o nome de todos os extensionistas do Escritório Local de Muriaé e discursou:

Não existe a formação em extensão rural. Muito mais que uma profissão, é um sacerdócio, porque quem não gosta ou não tem habilidade ou dom de fazer extensão rural, por mais conhecimento técnico que ele tenha, ele não consegue interagir com o agricultor para que ele possa ajudar a promover o desenvolvimento dessa economia no município e no estado. Então, eu gostaria de cumprimentar toda a equipe de extensionistas daqui de Muriaé, porque de fato não é fácil fazer extensão rural. Eu citei o nome de todos os extensionistas aqui para atender mais de mil e seiscentas propriedades rurais. Isso é um número imenso de agricultores familiares e nós temos uma equipe reduzida, não temos a capacidade operacional de atender cem por cento. Entretanto, nós atendemos próximo de mil agricultores familiares e por isso muitas vezes não conseguimos fazer uma assistência técnica individual. Acaba que a assistência técnica tem que ser coletiva, tem que ser grupal.

Com esse depoimento, boa parte da realidade do serviço de extensão rural foi relatada, a começar pela formação do extensionista, sendo essa o primeiro tema da dinâmica participativa que foi realizada com uma técnica inspirada no método do grupo

¹¹ De acordo com Verdejo (2006, p. 12), “o objetivo principal do DRP é apoiar a autodeterminação da comunidade pela participação e, assim, fomentar um desenvolvimento sustentável”.

focal. Nessa dinâmica, participaram os extensionistas 1, 2, 3 e 5. Nos debates que ocorreram, por ocasião da reunião, em vários momentos a formação do profissional de extensão rural foi lembrada, até mesmo fazendo comparação com outras atividades profissionais como a de médico e sacerdote, de acordo com a fala do gerente regional, transcrita anteriormente. Essa representação sobre a profissão relaciona diretamente os requisitos como “extensionista capaz”, conhecimento técnico e “vocação”. No entanto, assim como o médico e sacerdote, além da suposta vocação, o extensionista recebe formação rígida e isso foi bem relatado e exemplificado pelo extensionista 5:

Extensão rural se aprende a fazer apanhando muito. Em uma escola de medicina para você sair formado você tem que fazer residência dentro do hospital. O aluno de agronomia não deveria receber o diploma sem passar por uma prova igual a essa que passam os médicos, mas também não pode ser, por exemplo, igual àquele programa que tinha na universidade, é o.... Gilberto Melo, que corria na propriedade, fazia qualquer coisinha, ia lá tomar café e comer broa, isso não, ele ia ter que ir e trabalhar ter realmente a noção do que é a roça, a família rural a comunidade. O que acontece na universidade é muita teoria e pouquíssima prática.

Com esse depoimento, o extensionista faz uma crítica também em relação aos estágios oferecidos para os alunos das ciências agrárias; nesse caso, ele fala sobre a Universidade Federal de Viçosa, que oferecia estágio em um programa de extensão, criado em 1980, o Programa Gilberto Melo, que tinha o objetivo de proporcionar aos estudantes a oportunidade de, por meio de projeto de extensão, aplicar o conteúdo visto em sala de aula, na realidade concreta da microrregião de Viçosa. Hoje, talvez esse trabalho seja realizado com uma perspectiva diferente daquela da década de 1980, assim como são oferecidos outros estágios, como o de vivência, em que o estudante permanece alguns dias na propriedade, convivendo e até trabalhando junto com a família.

Com a crítica que o Extensionista 5 expôs, no trecho de seu depoimento transcrito anteriormente, percebeu-se sua preocupação com o tipo de formação que o extensionista deveria ter. Nesse caso, sua ênfase recai sobre a “prática” ou sobre a interação dos extensionista com as realidades sociais em que intervêm como profissional. Essa interação seria, de acordo com sua colocação, caracterizada pela tentativa e pelo erro. Afinal, “*Extensão rural se aprende a fazer apanhando muito*”. O aprendizado – ou parte importante dele – ocorreria, nessa visão, à custa de uma experimentação que se daria no cotidiano de interação com os agricultores. Isso não estaria ocorrendo com os estudantes que aspiram à extensão rural, uma vez que o entrevistado destacou a ausência de um instrumento de formação como a residência

médica. Em outro trecho de sua fala, esse enfatiza que “o serviço de extensão na escola não está funcionando como deveria, que está muito à margem. O profissional que sai da universidade não tem a visão que deveria ter sobre o meio rural”.

Sobre esse mesmo tema, O extensionista 2 enfatizou a importância da Sociologia nos cursos universitários e técnicos das Ciências Agrárias, que são aqueles em que se origina a maioria dos agentes de extensão rural. O entrevistado afirmou não ter cursado Agronomia, mas entende que a disciplina é importante para o entendimento de “etnias, raças e categorias de produção”. Por meio dessa disciplina o estudante torna-se capaz de compreender o que é a agricultura familiar, como vive o agricultor e a família, quais são suas necessidades e em que a técnica pode favorecê-lo. Silveira e Balem (2004) afirmam que a estrutura educacional das ciências agrárias nos últimos 30 anos está toda voltada para a agricultura moderna e que os profissionais ao concluírem seus cursos estão aptos apenas a “passar” os conhecimentos técnicos aos agricultores para maximizar a produção. Essa formação profissional não seria adequada para formar um profissional que atenda aos princípios e objetivos da PNATER; uma extensão rural que utilize metodologias participativas, que faça as orientações técnicas adotando princípios da agricultura de base ecológica, requer, de acordo com os autores citados, que:

[...] o ensino profissionalizante das ciências agrárias seja no sentido de levar os formandos a construção de conhecimentos num processo de ação e interação entre o conhecimento científico (já construído), interpretação da realidade e conjugação com saber local (SILVEIRA; BALEM, 2004, p. 6).

Dessa união de saberes (científico e local), o novo saber originado se aproxima com o que é proposto pela PNATER, aumentando a probabilidade de o profissional formado, esse, um extensionista rural, executar seu trabalho por meio de estratégias de desenvolvimento sustentável, obedecendo ao conceito de extensão rural proposto pela PNATER.

No debate proposto, a partir da adaptação do método do grupo focal, os extensionistas, participantes da pesquisa, foram inicialmente instigados a expressar sobre o que entendem ser a extensão rural do modo como ela é proposta pela PNATER. Como se afirmou anteriormente, a extensão rural na PNATER, art. 2.º, é definida como “[...] serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades

agroextrativistas, florestais e artesanais” (BRASIL, 2010). Essa definição foi exposta aos extensionistas, aos quais foi perguntado como a compreendiam e se concordam ou discordam com essa definição.

Ao se expressarem, os extensionistas trouxeram ao debate vários temas que entendem estar relacionados à questão suscitada. O tema da “educação” foi o primeiro a receber comentários. O extensionista 2 argumentou que a extensão rural, compreendida como “serviço de educação não formal, de caráter continuado”, é comprometida na prática, afirmando que “[...] *pelos prazos e pela quantidade de famílias que temos que atender é difícil ocorrer a educação de uma forma continuada*”. Ele ressalta que essa, em sua opinião, não é característica exclusiva da extensão rural; também observa essa característica na educação formal de universidades, dos Institutos Federais de Educação, como o de Muriaé, local onde estava ocorrendo o encontro, fato que implicaria nos problemas relativos à formação profissional dos profissionais que trabalham na extensão rural, conforme destacado anteriormente, como também na falta de interação entre os diversos ambientes de formação, formal e não formal, com os princípios e valores que a PNATER conceitua e busca normatizar.

Que [a PNATER] é realidade é, mas o ideal não seria apenas isso. Em parte a extensão rural tem que ser [uma] tema importante nos sistemas de educação] formal, principalmente na questão [da formação] dos jovens rurais. Nas escolas e nas universidades isso também deve ser trabalhado no contexto da PNATER, não estão interagindo, tinham que interagir mais.

Com essa afirmação, o extensionista 2 sugeriu que os temas que são trabalhados pelos extensionistas, no cotidiano de atuação, como saúde preventiva, meio ambiente, incentivo para execução das políticas públicas, técnicas de cultivo de plantas e manejo das criações, entre outros, sejam trabalhados nos currículos das escolas onde estudam os jovens rurais, pois são “ensinamentos para a vida”, e não apenas isso, como afirma no trecho transcrito a seguir:

[...] a questão [da educação] formal, das próprias escolas... de se ter o investimento, de receber certas tecnologias também, por exemplo, a questão das roçadeiras, das derriçadeiras, que são equipamentos que tem manutenção, risco, que tem que ler o manual, porque tem muita gente que ainda tem a falta da leitura.

Entende-se nessa fala que os jovens rurais que se dedicam aos estudos não veem, na escola, o básico e prático para a sobrevivência e a atuação profissional na agricultura familiar, o que acaba por ser fator de entrave para as atividades dos extensionistas, visto que, se ocorrer desse jovem permanecer no campo, ele pode ficar

sem saber o mínimo para o trabalho. É evidente que existe o conhecimento herdado dos pais, que tem muito valor, mas esse pode não atender a muitas demandas atuais como o uso de uma roçadeira em substituição da força de trabalho escassa, atualmente no campo. A questão ressaltada é tema clássico da extensão rural: os impedimentos à inovação técnica determinados pela baixa escolarização formal dos agricultores e, ou, pela inadequação dessa formação, quando ocorre, às demandas de profissionalização da agricultura.

Quanto à questão do analfabetismo, o extensionista 5, corroborando o argumento do colega, apresentado anteriormente, afirmou que “*muitos agricultores não tem habilidade com a caneta e isso é um grande entrave*”. Isso enfatiza a necessidade de que as pessoas do campo tenham uma boa educação formal e se possível adaptada à realidade da agricultura familiar. O entrevistado valorizou a escolarização formal para tornar efetivo o trabalho do extensionista.

Identificados esses fatores limitantes e uma dissociação entre a teoria explicitada na política pública e a realidade da ação profissional, a questão colocada ao debate com o grupo foi relativa às condições que seriam necessárias para que um extensionista pudesse realizar o conceito de extensão rural definido na PNATER na prática. Para o extensionista 2, um dos principais entraves é o que ele denomina de “recursos”. Em sua visão: “[...] *um dos problemas são os recursos, nós vemos, a nível nacional, que há uma ingerência muito grande relativa à falta de recursos, o governo não dá prioridade para esse tipo de atendimento*”. E continuou seu argumento com um exemplo: “*Nós tivemos uma audiência pública em Belo Horizonte sobre os editais da reforma agrária para Minas Gerais. Dos oito editais que teve, seis não teve participação da assistência técnica e a EMATER não entrou [não concorreu] por falta de gente, por falta de recursos*”. Nesse sentido, a desestruturação do serviço público de ATER se expressaria na carência de profissionais para concorrer nas chamadas públicas para a prestação de serviços, visto que esses editais determinam a quantidade de profissionais para execução dos serviços com as respectivas qualificações técnicas, compondo assim um corpo técnico de caráter multidisciplinar. É importante ressaltar que a existência de chamadas públicas – e a atual pluralidade de organizações prestadoras de serviços de ATER – é um dos elementos que indica o que Diesel et al. (2008) argumentam ser tendência à privatização dos serviços públicos de extensão rural.

O extensionista 2 destacou outro elemento que considera importante acerca das condições necessárias à efetivação da PNATER, o que ele denomina de “treinamentos

oferecidos pela EMATER”. Em um trecho de sua fala, relatou que há falta de treinamentos, “[...] os extensionistas tinham que receber e não recebem. A gente sabe que o treinamento leva muito a mudar o comportamento e passar informação”. O extensionista 3 complementa a observação do colega, afirmando que “é importante a capacitação para que o potencial que a pessoa tem possa expandir, possa crescer. A empresa tem que pegar os técnicos e dar treinamento, investir”. O extensionista 5, tratando do mesmo tema acrescenta novos elementos, afirmando, no trecho transcrito a seguir, em concordância com seus colegas, que a capacitação ou treinamento são instrumentos importantes para qualificar a ação extensionista. No entanto, esses não estariam ocorrendo.

Essa parte de capacitar o quadro de pessoal, não está sendo feita como deveria ser. Então o pessoal vai ficando defasado, acomodado. Há a necessidade de estar sendo reciclado para que possa ficar bem consciente do que ele pode levar para a comunidade para que a realidade desse documento aconteça.

É possível inferir pelas falas dos extensionistas que uma das condições para efetivar os princípios e objetivos da PNATER é o investimento em capacitação dos extensionistas. Na ausência de iniciativas, torna-se ainda mais difícil, na visão dos extensionistas entrevistados e presentes à dinâmica de grupo focal, efetivar os princípios e objetivos da PNATER no município. A PNATER propõe e normatiza, ao mesmo tempo, a existência de uma ação institucional capaz de implantar estratégias de desenvolvimento sustentável, de acordo com os princípios que estabelece. Voltando à questão da extensão rural como processo de educação não formal e continuada, definida pela PNATER, a concepção do extensionista como um educador – ou um profissional da educação não formal – subteme-se que esse deve ter o preparo necessário para tal, o que deve acontecer de modo continuado e orientado às demandas dos contextos locais de interação.

Outra resposta do extensionista 2 que chamou a atenção no debate realizado foi sobre a importância do perfil desejado do profissional extensionista para o trabalho requerido pela PNATER. De acordo com o depoimento desse profissional, as empresas públicas de extensão rural deveriam “[...] escolher pessoas que tenham o perfil e as escolas também devem preparar as pessoas para isso”. Esse perfil, ainda que não explicado detalhadamente, estaria relacionado à vocação ou aptidão para “ser extensionista”, “lidar com o agricultor”. O extensionista 3 complementou, afirmando em um trecho de sua fala transcrito a seguir, que:

Eu acho que tem também a questão da aptidão que o técnico tem que ter para fazer extensão rural. Existe o cardiologista, o ginecologista, cada um tem uma área. A pessoa tem gostar e tem que querer. E isso é da pessoa [...], mas mesmo assim se a pessoa não gostar do serviço não adianta, ele vai estar preso a horário, vai estar preso a limitações.

Na visão do extensionista 3, o “gostar do serviço” é fator importante para superar as limitações. Quando o profissional “gosta do que faz”, problemas como falta de recursos se tornam mais amenos, pois ele busca improvisar, tentando alternativas e soluções para agir, como explicitado no trecho transcrito a seguir:

No torneio leiteiro, a metodologia que usei não foi simplesmente para promover o torneio leiteiro. Em cada e em quase todas as propriedades que o produtor faz inseminação artificial...lá em Bom Jesus eu levei o veterinário que acompanha o programa de inseminação para falar sobre o assunto. E o produtor dava testemunho também desse momento. Depois da pesagem do leite ele ia lá à frente e falava dos resultados da inseminação artificial. Isso também aconteceu com o tema reserva legal, pastejo rotacionado, tudo durante o torneio leiteiro. O da merenda escolar também foi interessante, a palestrante era filha de um produtor que estava no torneio. Inclusive é ela que coordena a merenda escolar do município. Ela falou para mais de 60 produtores e discutiu o assunto com eles. Outro exemplo é o da propriedade do Sr Martinho, o pessoal da Embrapa foi lá e isso foi muito interessante, eles mostraram o resultado do teste de progênes, explicou o programa, abriu oportunidades. Com isso a gente vai adequando o programa dentro da realidade. Com aquilo que a gente tem e com a participação de todos. Enfim, no torneio leiteiro, em cada propriedade discutimos um tema diferente e foi muito proveitoso.

No discurso elaborado pelo extensionista 3, é possível perceber a relação que esse constrói entre vocação, vontade e superação dos limites à ação profissional. A construção de parcerias e o recurso à participação dos envolvidos como comunicadores das mudanças por ele identificadas são citados como métodos alternativos para fazer frente a recursos escassos. Assim, o fato de o torneio leiteiro ocorrer na propriedade dos participantes; de as palestras serem proferidas por parceiros de outras instituições; e de haver a troca de experiências entre os agricultores, além dos “patrocínios” que também ocorreram, minimizaram a carência de recursos necessários ao empreendimento de ações que necessitariam de mais recursos do que dispõem para realizar. Entende-se que a vocação ou o “perfil” do bom extensionista estaria também relacionado a um desprendimento com os limites estruturais dados à ação.

Vocação, recursos e capacitação continuada figuraram, até o momento, entre os fatores que os extensionistas destacaram como aqueles que confeririam “a eles condições necessárias” para que a concepção (valores e princípios) de extensão rural presente na PNATER pudesse ser teoricamente realizada. A questão seguinte, colocada

ao debate no grupo focal, foi sobre a existência ou não dessas condições anteriormente citadas no cotidiano de trabalho dos extensionistas no Escritório Local da EMATER-MG de Muriaé. O extensionista 5 asseverou, rapidamente, que tais condições não existem, não oferecendo maiores explicações sobre a afirmação. No entanto, o extensionista 2 busca qualificar a resposta, relativizando as dificuldades enfrentadas. O trecho da fala dele, transcrito a seguir, explicita sua leitura da realidade:

Depende, é nós ou é o sistema? São duas coisas diferentes, se for o sistema as condições são difíceis. Tem estado e tem município que não tem um órgão de Ater, o município que não tem convênio está alheio as essas condições. Eu acho que Muriaé é um município privilegiado, primeiro porque tem pessoas com vasta experiência, tem muitos municípios que tem só um elemento. Mas nós temos dificuldades também, os recursos são pequenos, tem a questão de veículo, tem a questão de computadores, que são coisas que nos ajudam no trabalho.

Entende-se, pela fala do extensionista 2, que o Escritório Local de Muriaé, na questão de recursos humanos para o trabalho, apesar de não atender à demanda do município, como foi afirmado no início das discussões, ainda é privilegiado em comparação com outras unidades locais da EMATER-MG. No entanto, em relação à estrutura e às condições de trabalho, deixa a desejar, de acordo com a avaliação dele. O mesmo extensionista completa: “*Para o Escritório Local é disponibilizado [pela sede da EMATER-MG] R\$ 300,00 por técnico; e isso é para material de escritório, tinta para computador, combustível, etc. Isso é insuficiente*”. Importante ressaltar que, na dinâmica do grupo focal, todos os presentes tinham a liberdade para discordar e, ou, argumentar sobre qualquer colocação feita pelos participantes. Entende-se, portanto, que as afirmações que não eram contestadas adquiriam caráter de retratar mais fielmente a realidade expressa. Algumas questões, como a salarial, entendida como “condição essencial para o desempenho profissional”, alcançaram unanimidade. Os extensionistas foram unânimes ao afirmar que deveriam ser mais bem remunerados, pois todos querem oferecer o melhor para a família; que deveriam receber hora extra pelo trabalho; e que, vez ou outra, recebem *e-mails* entre os colegas, pedindo colaboração financeira para tratamentos de saúde de algum extensionista ou de esposa e filhos.

Essa limitação de recursos e de salários contrasta com a atribuição de responsabilidades. Em seu depoimento, o gerente regional afirmou que há enormes dificuldades para atender à demanda de 1.600 famílias na zona rural do município. O Escritório Local da EMATER-MG atende, de acordo com dados fornecidos pelo próprio escritório, a 1.000 famílias, demonstrando a incapacidade operacional de

atender a todos os que demandam serviços de ATER. No grupo focal, o extensionista 2 afirmou que a relação técnico/agricultor para a EMATER-MG de Muriaé é de 248 agricultores familiares para cada extensionista, considerando que cada agricultor representa uma família. No sistema que utilizam para lançar os relatórios de planejamento de assistência técnica e extensão rural (PMATER) é estabelecido um parâmetro desejável de atendimento de 80 a 100 famílias por técnico, demonstrando que o Escritório Local de Muriaé tem mais do que o dobro desse índice. Esse mesmo extensionista asseverou que a equipe de Muriaé, em comparação com outros municípios, é “grande” e seus profissionais têm muitos anos de experiência. A extensionista mais nova tem 20 anos de EMATER e que existem municípios onde apenas um profissional atende toda a demanda. Sobre essa situação, de modo geral no sistema de ATER, o extensionista 5 contou que *“existem escritórios fechados, com poucos funcionários, se abrir concurso para 400 vagas é muito pouco para atender esse “mundaréu” de gente, eu acho que as condições estão muito limitadas”*.

No momento da dinâmica do grupo focal, em que foram apresentados aos extensionistas os princípios da PNATER (desenvolvimento rural sustentável; metodologias participativas; agricultura de base ecológica; equidade das relações de gênero, raça e etnia; e soberania e segurança alimentar e nutricional), foram também apresentados questionamentos sobre a concordância ou discordância dos presentes em relação a esses princípios. O objetivo era provocar a reflexão dos extensionistas e, ao mesmo tempo, instigar a expressão de argumentações desses em relação ao tema, em face do que já havia sido comentado até então. O primeiro tema que suscitou comentários foi o princípio que orienta a ação extensionista pela “agricultura de base ecológica”. Mais uma vez o extensionista 2 iniciou os posicionamentos, afirmando:

Eu acho que essa discussão ainda é muito polêmica. É muito indefinido o que é “base ecológica”; é indefinida a questão também do custo benefício de quem vai produzir. Tem muitos agricultores que vão perder com isso, alguns confundem a base ecológica com a lei ambiental que é muito punitiva. Outra coisa também é a tecnologia para a produção agroecológica que é pouco divulgada e tem pouca pesquisa, existindo também a pressão das multinacionais com os seus produtos e que querem definir a maneira de plantar, de cuidar... Então essa questão base ecológica deve ser discutida e o que é base ecológica também, claro que temos que pensar no meio ambiente, mas temos que pensar também no retorno econômico financeiro e social tanto das famílias quanto da sociedade como um todo.

Algumas questões enunciadas no trecho da fala do extensionista 2 chamam a atenção. Primeiro, a indefinição identificada como característica da “agricultura de base ecológica”. A Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a PNATER e o

PRONATER, estabelece como o primeiro princípio da política, em seu Art. 3º, o “desenvolvimento rural sustentável”, definindo-o como aquele que é “compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente.” Nesse mesmo artigo, regulamenta-se, como quarto princípio, “a adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis”. Nos termos da Lei, não há precisão do conceito expresso nesse artigo. Entende-se que a Lei e a PNATER oferecem princípios gerais, ou seja, bases primeiras para que determinados conceitos possam ser desenvolvidos. Sabe-se que conceitos como “desenvolvimento”, “rural” e “sustentabilidade” são objetos de disputa sobre seu significado (FREITAS et al., 2012). Não se pode esperar, portanto, que uma Lei estabeleça, pela força do decreto, o significado que princípios assumirão nos contextos reais de seu acionamento ou utilização.

A fala do extensionista 2 remeteu a um desejo por aplicabilidade da teoria que fundamenta a PNATER. Existe na fala dele, na verdade, a preocupação com consequências práticas das mudanças de orientação normatizadas pela PNATER. Afinal, o que aconteceria com a produtividade e o lucro dos agricultores, em face da adoção dos princípios da “agricultura de base ecológica” como orientadores da ação extensionista? Ressalte-se que esses dois elementos (produtividade e lucro) aparentam ser, para os extensionistas, os resultados mais importantes da orientação ou assistência técnica. Essa afirmação encontra respaldo em um trecho do depoimento do extensionista 2 sobre a questão do retorno financeiro da produção:

A extensão rural definida na Lei é pela educação não formal, mas a formal ajuda as pessoas a compreenderem o que é importante, o que é de base ecológica. O retorno dos produtos, sendo ele de agricultura familiar ou do agronegócio, é pequeno.

Para esse extensionista, portanto, a transição para a “agricultura de base ecológica, nessa visão, deve ocorrer se não houver comprometimento do “retorno dos produtos”. O extensionista 3, nessa mesma linha argumentativa, também questiona: “Sobre a base ecológica, nós estamos em plena seca. Tem lugar que o leite está a dez centavos, como que um produtor desses vai se sustentar...”. O extensionista 2 novamente completou:

O que eu vejo hoje é que falta o básico de pesquisa também, existem as pressões do trabalho e as pressões do agronegócio. Pois o excedente da agricultura familiar é o agronegócio, pois se vende e gera dinheiro. O agricultor também deve ter sua receita, isso gera emprego, gera dinheiro e isso faz parte do sistema econômico do país. Em hora nenhuma a política pública cita que esse agricultor tem possibilidade de crescimento. Eu acho

que ele tem que se tornar independente vivendo da agricultura, mesmo de um modo diferente que gere renda para sua família.

A “agricultura de base ecológica” é relacionada, de acordo com esse trecho da fala do extensionista, à agricultura para autossuficiência, não à inserção em mercados. Alegou-se que a PNATER omite-se de enfrentar essa questão. Para o extensionista 2, a autonomia econômica dos agricultores estaria fundamentada no “crescimento”, ou seja, no aumento da produção, produtividade e lucro, como já havia sido mencionado. Essa visão estabelece uma dicotomia evidente entre “lucro/sobrevivência”, de um lado, e “base ecológica”, de outro. A fala do extensionista 2 é ilustrativa dessa visão:

[...] e tem a questão também da sobrevivência...base ecológica, mas tá aí a sociedade cobrando produto com qualidade. Tá aí a internet, televisão, energia elétrica para funcionar a geladeira [...] os custos de hoje para as famílias rurais aumentaram muito. Tá também as motos com combustível, IPVA, o seguro, a carteira que tem que tirar, tem também a telefonia...

Analisando esse discurso, é possível perceber que na visão do extensionista a agricultura de base ecológica não dá condições de inserção do agricultor no mercado; dessa forma, as condições econômicas das famílias rurais ficam comprometidas. Assim, a agricultura de base ecológica é entendida pelo extensionista como inviável para o desenvolvimento rural. Pelo mesmo motivo, foi explicitada a preocupação em relação à qualidade de vida das famílias rurais, como pode ser observado no trecho transcrito a seguir:

E quando fala da produção de base ecológica em momento algum a Ater cita a questão da saúde das famílias rurais eu acho que quando falamos em serviço de Assistência Técnica, teria que estar vinculada a questão da saúde e a questão da higiene nas comunidades rurais, fala base ecológica mas não fala da saúde da educação o que tem que ser repensado também.
(Extensionista 2)

O extensionista expõe por meio dessa fala que existe uma lacuna na Lei de ATER, no que se refere ao que é denominado na EMATER-MG de “bem-estar social”. Historicamente, a extensão rural esteve ligada a campanhas de higiene e saúde, caracterizando essas como uma “ação social”, muitas vezes fundamentadas em concepções de assistência social (FONSECA, 1985). De fato, o termo “higiene” não aparece no texto de apresentação da PNATER de 2004 e também não consta na Lei de ATER, de 2010. Porém, o termo “qualidade de vida”, em que inclui boas condições de saúde e higiene, está presente nos dois textos. Também o termo “desenvolvimento

sustentável” é conceituado no glossário final da PNATER, texto de apresentação de 2004, concebido como:

Processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e com a solidariedade entre gerações (BUARQUE, 1994 *apud* BRASIL, 2004, p. 23).

Partindo desse conceito, entende-se que no processo de mudança social com qualidade de vida e equidade social, os fatores higiene e saúde jamais ficariam de fora. Também, o termo “inclusão social” está presente na PNATER como “resultado de um processo de construção da cidadania capaz de recuperar a dignidade das pessoas e, conseguir acesso a emprego e renda, a moradia decente, aos serviços sociais essenciais, como educação e saúde [...]” (BRASIL, 2004, p. 24). A partir disso, fica diagnosticada uma necessidade de maior compreensão dos termos utilizados no texto da política, em que está proposta como referencial para as ações. Ao mesmo tempo, os extensionistas estão atentos para o fato que a PNATER é uma política com uma proposta de preservação do meio ambiente, o que pôde ser observado na aceitação ao tema durante as discussões do grupo focal. Na Lei de ATER consta a proposta de “desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade” (BRASIL, 2010, art. 4º).

De acordo com as falas dos entrevistados, existe sim, na visão dos extensionistas, a preocupação com o “meio ambiente”, mas, ao mesmo tempo, observa-se na Lei os termos “agroecossistemas” e “biodiversidade”, acentuando a necessidade de capacitações que deem para esses técnicos oportunidades de estudo aprofundado sobre esses temas e também resultados de pesquisas que auxiliem o trabalho prático com uma “extensão rural de base ecológica”. A capacitação fica mais uma vez reafirmada pelos extensionistas como fator importantíssimo para a conscientização, as descobertas e o conhecimento de outras experiências que deram certo.

Em outra etapa da pesquisa, nas entrevistas individuais, relembrou-se sobre a questão da força de trabalho na agricultura familiar. Muitos agricultores estão desanimados por não terem ajuda no serviço. Como os extensionistas sentem falta das pesquisas e técnicas para incentivar a produção de base ecológica ou até mesmo agroecológica, o fator força de trabalho acaba por dificultar ainda mais orientações técnicas que se façam nesse sentido. Sobre esse tema o extensionista 2 exemplifica: “Vamos pegar o município de Muriaé hoje, o município é grande [...] a confecção, o

mineroduto que está chegando agora, muita coisa sendo construída, e tudo isso tira mão de obra do meio rural”.

Esse tipo de consideração se faz em razão do entendimento do extensionista sobre a rotina do agricultor, pois quando um técnico chega a uma propriedade rural esse vê que tudo está relacionado a muito trabalho e muito esforço, que é, geralmente, responsabilidade de poucos membros da família, pois alguns já partiram para trabalhar na cidade. Com isso, percebe-se que mais uma vez a agricultura de base ecológica, nesse caso, é considerada pelo extensionista como inviável, em questão de praticidade e tempo; esses dois fatores – geralmente apresentados como vantagens comparativas do modelo de agricultura moderna – fazem parte das principais propostas dos vendedores de insumos, também lembrados pelo extensionista 2, quando afirmou que *“eles estão o tempo todo na casa dos agricultores para vender os insumos e isso também atrapalha muito essa questão da base ecológica”*. Com essa fala, o extensionista ainda deixa a entender que esses vendedores atuam de forma simultânea aos serviços de extensão rural da EMATER-MG, pois eles estão o “tempo todo nas casas dos agricultores”, provavelmente deixando para o agricultor a dúvida de qual orientação seguir.

Um extensionista, alinhado aos princípios e objetivos da PNATER, nessa situação, teria que ter o dever de evitar a compra de insumos químicos pelo agricultor por ter consciência sobre os impactos que esses causam no ambiente, na saúde dos agricultores e consumidores, assim como da necessidade de substituição desses por outras técnicas. No entanto, isso se tornaria mais fácil de acontecer se o extensionista tivesse o conhecimento das metodologias que ele deve lançar mão.

Como na PNATER a proposta é da adoção de metodologias participativas no trabalho de pesquisa, o tema foi exposto, na dinâmica adaptada do grupo focal, com o objetivo de descobrir se existe a afinidade e até mesmo a aceitação desse princípio da política por parte dos extensionistas, o que deu origem a uma fala interessante do extensionista 2, em que ele declara que as metodologias participativas *“devem existir”* e que *“elas são importantes”*, porém:

[...] se ela é participativa entende-se que ela é para grupo, e a metodologia grupal nem sempre é a melhor solução, elas são boas em algumas práticas, também para diagnósticos, mas também tem coisas que são individuais, portanto isso é uma coisa que tem que repensar também. O sistema de extensão usando a metodologia grupal não é suficiente pelo que é proposto, nós sabemos que a individualidade também deve interagir, tem coisas que são pontuais e são locais é necessário o trabalho individual em algumas atividades. (Extensionista 2). (Grifos da autora).

O extensionista considera que a adoção da metodologia participativa, de forma isolada, não cumpre com os objetivos do trabalho. Essa consideração foi realizada analisando essa prática como sinônimo de “metodologia grupal”, definição utilizada no ambiente da EMATER-MG para definir atividades como dia de campo, visita técnica, palestra, treinamento para agricultores, entre outras que reúnem grupos. Com isso, ele atesta que se somente esses eventos forem executados no serviço de extensão rural, o agricultor deixará de ter orientação técnica específica para suas condições. No entanto, o grupo-alvo de metodologias participativas, de acordo com Kummer (2007), é composto por vários indivíduos, e esses assumem grande importância na discussão coletiva de ações; cada um deles representa suas demandas e seus objetivos, relacionando-se com os outros para satisfação desses. Portanto, Ou seja, ao contrário do que pensa o extensionista 2, sem a discordância dos colegas, a individualidade interage nas metodologias participativas; o uso da metodologia participativa em reuniões com o grupo em uma comunidade pode oferecer muitas informações que auxiliam posteriormente no atendimento ao agricultor em sua propriedade, esse também interagindo com o extensionista em todas as etapas da ação.

No evento “grupal”, citado pelo extensionista 2, ele tenderia mais à PNATER, caso esse possibilite a interação dos agricultores e não somente o fato de assistirem às demonstrações técnicas e ouvirem informações sem a oportunidade da troca de experiências. Também para a adoção de metodologias participativas, é necessário ter o conhecimento sobre essas e dos demais princípios para complementar as ações e orientações. No convênio firmado entre o Escritório Local de Muriaé e a Prefeitura Municipal consta que a primeira se compromete a:

Orientar e assistir gratuitamente os pequenos produtores rurais, utilizando estratégias e metodologias que permitam a maximização da abrangência e dos resultados e a minimização dos custos, através da difusão de informações técnicas, econômicas, conjunturais, resultados da pesquisa agrícola, alternativas de diversificação e integração de atividades agropecuárias, processamento e/ou industrialização da produção, estratégias de comercialização e outras ações que possibilitem o aumento da renda e o bem-estar da família rural. (Grifo da autora).

Os termos utilizados no documento, de modo bastante evidente, referem-se aos modelos difusionistas da ação em extensão rural, conforme destacado anteriormente. Nota-se que em momento algum a participação dos agricultores é presente no compromisso com o município explicitado no documento, assim como as ações da esfera produtiva são bem mais destacadas em relação às ações ambientais e sociais. Isso

demonstra, como destacado no texto, que a difusão de tecnologias e seus métodos diretivos são bem mais presentes do que o método participativo, esse aparentemente distante da realidade da extensão rural pública em Muriaé.

Na dinâmica do grupo focal, os extensionistas foram perguntados se na ação profissional esses princípios da extensão rural, definidos pela PNATER, são realizáveis ou se estão muito distantes da realidade do dia a dia de cada um deles. De modo geral, os extensionistas afirmaram que o cenário é “de mudanças” e, se essas de fato ocorrerem, isso resultará em maior agilidade do sistema de ATER, permitindo compreender que entendem a mudança como necessária. Esse pensamento se completa na fala do extensionista 2: *“a gente sabe também que tem muita burocracia com relação aos recursos públicos tanto a nível federal, municipal e estadual. Outra coisa também é o número de profissionais que tem que ser renovado, cabeças novas e com novas ideias também”*. Com isso fica perceptível uma aceitação da PNATER, por essa ser uma política que vem ajudando a Instituição na captação de recursos e no aumento do número de profissionais.

Sobre os recursos financeiros, já foi mencionado anteriormente que esses vêm aumentando de 2003 para os dias atuais. Contudo, quanto aos recursos humanos, Pettan (2010) certifica que de 2003 a 2008 foram contratados mais de 5.000 técnicos para o trabalho de extensão rural pública. Também existe o comentário entre os extensionistas da região que vai haver mais concurso para EMATER-MG, o que aumentará o número de técnicos para o trabalho. No entanto, mesmo sem ter ainda novos colegas para formar um grupo maior, o extensionista 2 assevera que grande parte dos princípios da extensão rural proposto pela PNATER *“são realizáveis, para EMATER, nós que estamos a mais de vinte anos, já fizemos isso e fazemos isso, mas dá pra ver que hoje tem um norteamento diferente do que era”*. Nessa afirmação é possível perceber que no momento em que o extensionista fala *“já fizemos isso e fazemos isso”* as ações às quais ele se refere provavelmente estão relacionadas à “metodologia grupal”, que ele citou anteriormente e às execuções dos programas de governo em si. No entanto, percebeu-se nessa fala a necessidade de reflexão, por parte de todos, se essas atividades estão ou não alinhadas ao que propõe a PNATER, visto que já foi possível perceber em uma questão anterior que o princípio da agricultura ecológica não é presente no cotidiano das ações, sendo talvez esse o fator lembrado pelo extensionista quando ele falou do *“norteamento diferente do que era”*, representando para o Escritório Local de Muriaé um desafio frente à diversidade de serviços dos quais esse deve executar com o cumprimento das

metas em cada programa estruturador. Porém, de qualquer forma, o extensionista 2 faz questão de relatar que o trabalho dele, e dos colegas, traz resultados positivos para o município de Muriaé:

Desde quando cheguei em 1976, posso comparar o que Muriaé produziu e o que produz hoje, temos como exemplo as hortaliças, Muriaé abastece de folhosas não só o próprio município, e nas propriedades não só tem um pouco de café, mas tem leite, tem fruta, tem hortaliça e tem eucalipto, então o que aconteceu: o próprio agricultor gerou serviço em sua propriedade, e nós sabemos que nós temos participação nisso.

Com isso, o entrevistado confirma, de modo mais evidente, em sua fala, quando usa as expressões “já fizemos” e “fazemos”, mas, mesmo assim, ele reconhece, juntamente com colegas, que existe um “norreamento diferente” e que esse norreamento é de fato relacionado aos princípios da PNATER, que exige que o profissional tenha um perfil adequado para realizar o trabalho, que fez parte do questionamento seguinte, colocando ao grupo sobre qual seria o perfil profissional necessário a um extensionista para realizar os princípios da PNATER, tendo como primeira resposta:

O extensionista deve entender de liderança, não pode ser dominador, ter um conhecimento diversificado não só na área técnica, gostar do que faz e não ficar ligado só no retorno financeiro, estar disposto a dedicar mais tempo ao trabalho; deve ser político também, mas aquela política que serve para conviver com as questões do município e com os outros órgãos públicos; e o extensionista também não pode ter medo de errar. O serviço de extensão é mais de busca, de relacionamento do que de formação tecnológica.
(Extensionista 2)

A resposta está totalmente alinhada com os princípios da PNATER, juntamente com as rápidas respostas dos outros colegas: “O extensionista não deve ser dominador e deve assumir os riscos daquilo que faz” (extensionista 3); e “o extensionista deve sentir satisfação daquilo que faz, ficar feliz quando alguém o para na rua e elogia o seu trabalho e também deve saber se comunicar com o agricultor” (extensionista 5). Esses são os perfis esperados pela nova extensão rural, atributos que unidos ao “amor pela profissão” alimentam as expectativas de efetivação de princípios e objetivos tão necessários à sociedade. O discurso sobre o “dever ser” ou agir profissional ideal é comum em ambientes coletivos em que se identifica algum tipo de avaliação sobre a sua própria atividade. As identidades profissionais – construídas como delimitações de campos de competências profissionais – tendem a ser construídas a partir de uma defesa e exaltação do trabalho que realizam (DUBAR, 2005). Por isso, é fundamental relativizar as afirmações dos extensionistas citadas anteriormente. Na prática, no cotidiano das atividades e das demandas organizacionais, os extensionistas, conforme

foi observado no trabalho de campo ao acompanhar as atividades deles, tendem a contradizer o próprio discurso, agindo de modo a atender, da melhor maneira que conseguem, as exigências de um trabalho cujas características, conforme já se destacou, não conseguem ser coerentes com os princípios da PNATER e da Lei de ATER.

A penúltima questão colocada para debate na dinâmica do grupo focal foi sobre a orientação que os entrevistados buscam para o trabalho que realizam e o relacionamento que estabelecem ou não com a PNATER. As respostas tenderam a afirmar o que foi expresso pelo extensionista 2, concluindo “[...] *que com ela a gente vem sendo orientados, direcionados, tendo o trabalho mais voltado para as questões da agricultura familiar*”. Nota-se, mais uma vez, por essa resposta, que a questão da definição do público-alvo prioritário do serviço de extensão rural ficou bem evidente com a PNATER. Ressalta-se que o “direcionamento” oferecido pela política é em termos do público que deve ser destinatário do serviço público. Não houve expressão espontânea de nenhum outro tipo de direção oferecida pela PNATER à ação extensionista local.

Apesar de alegarem influência da PNATER sobre sua ação, em relação a como eles se relacionam com a política, o extensionista 3 afirmou que “*em relação ao documento, vou pegar o exemplo da música, tem muito tocador bom por aí que não conhece a cifra*”. Essa resposta possibilitou concluir que o documento existe, é divulgado, mas o trabalho pode ser feito sem que haja referência a ele. Afinal, o “bom tocador” não necessitaria de uma orientação à sua arte. Além disso, há, no cotidiano da ação no Escritório Local, como já se explicou anteriormente, uma série de programas estruturadores, além das solicitações dos agricultores em atendimento, entre outras atividades. Com isso, o trabalho vai sendo executado, na visão dos extensionistas, da melhor forma possível com as ferramentas que são disponíveis no momento.

O tipo de resposta oferecido reforça a necessidade da melhor compreensão da PNATER pelos extensionistas, em razão da importância da política e da necessidade da sua efetivação. Talvez isso possa acontecer oferecendo aos extensionistas capacitação sobre o tema da política em si dentro do planejamento anual do PMATER. O extensionista 3 foi o único que afirmou claramente não conhecer a PNATER; os outros já têm conhecimento, mas não escondem a necessidade de maior aprofundamento, até para compreender as mudanças institucionais que vieram acontecendo de 2003 até os dias atuais.

Sobre essas mudanças, foi lançada a última pergunta aos entrevistados sobre o que mudou no cotidiano do trabalho do extensionista desde a instituição da PNATER em 2004 e, depois, com a criação da Lei de ATER de 2010. Novamente, o extensionista 2 apresentou uma reflexão que sintetizou a percepção dos demais colegas presentes:

A própria empresa mudou, o seu software de acompanhamento mudou. Hoje a gente tem um feedback de como que anda. Nós temos o de planejamento, que é o PMATER, que direciona nosso trabalho. Nós temos metas, temos o planejamento anual com as metas com o agricultor familiar. Temos gerenciamento, que é acompanhado a nível estadual, regional. Quanto à qualidade, existem coisas que devem ser mais discutidas, mas ainda acho que melhorou muito devido a tudo isso, todos os escritórios são avaliados, são acompanhados. Se você chegar hoje no Escritório Local eu posso mostrar para você que a minha meta está atingida e a mesma coisa com meus colegas, está tudo lançado no sistema. (Extensionista 2)

Pode-se perceber nessa fala que houve uma mudança institucional perceptível em razão da organização e do planejamento do trabalho, indicando que essas mudanças ocorreram, de alguma forma, relacionadas à PNATER. Essas foram citadas em resposta à questão, indicando a percepção de que teriam ocorrido como um desdobramento da PNATER. De acordo com a fala do extensionista 2, tais mudanças teriam influenciado melhoras na qualidade do serviço; com isso, o próprio extensionista do Escritório Local consegue quantificar as atividades, possibilitando assim uma análise não só dos resultados do seu trabalho como também da EMATER-MG como um todo. No entanto, isso não implica resultados para a efetivação da PNATER, visto que a política não dispõe de instrumentos de planejamento e avaliação dos seus princípios e objetivos dentro das ações do Escritório Local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) se faz presente no cotidiano do Escritório Local da EMATER-MG do município de Muriaé, porém de forma pouco significativa. O conhecimento dessa política por parte dos extensionistas se deu por formas muito evidentes em razão da presença de textos de programas e projetos e da intranet da instituição. Em apenas um caso a PNATER foi conhecida por meio da capacitação, o que seria a forma ideal de apresentação de uma política concebida participativamente para orientar as ações desses agentes, assim como em apenas um caso foi constatado o desconhecimento da existência dessa política.

Alguns reflexos da PNATER são perceptíveis por todos os extensionistas que participaram da pesquisa como o aumento dos recursos para a execução dos programas, a melhoria no planejamento e na avaliação das ações, as novas temáticas presentes nos textos oficiais como as questões ambientais, a segurança e a soberania alimentar, que fazem parte de programas como PNAE e PAA, e a agricultura familiar como foco das ações.

O tempo que os extensionistas possuem de trabalho na EMATER-MG remete ao um saber-fazer já internalizado em suas ações que vieram se repetindo desde a formação. Isso foi comprovado por meio dos relatos que indicaram com clareza os entraves para a efetivação da PNATER, tomando como destaque uma junção entre os numerosos problemas que a agricultura familiar enfrenta e a formação do extensionista para atuar sobre esses problemas. Tendo os extensionistas ciência de que os agricultores familiares são o público prioritário de suas ações, eles se preocupam em saber “lidar” com as peculiaridades desse público-alvo, atribuindo grande importância às questões de comercialização e lucro. Com isso, o tema agricultura de “base ecológica” presente no questionário da pesquisa, na discussão do grupo focal e na Lei de ATER foi recebido como se esse não fizesse parte do contexto da agricultura familiar e como se não fosse possível produzir e comercializar por meio dos princípios dessa agricultura alternativa e tampouco pela agroecologia.

Durante as reflexões do grupo focal, os extensionistas perceberam que a vocação e a experiência que possuem podem ser potencializadas por treinamento e esse pode dar espaço para o conhecimento das novas temáticas e até resultar na conscientização e na adoção da “nova postura” que a PNATER propõe, desde que esses

momentos sejam compostos por resultados de pesquisas e demonstrações técnicas de práticas em agricultura de base ecológica que deram certo. Com esse modo de “acreditar vendo”, os entrevistados fazem entender que a prática extensionista existente com base na tentativa e no erro, afirmada no relato “extensão rural se aprende apanhando muito”, jamais terá sucesso se for orientada pela agricultura de base ecológica, sendo por esse motivo que a extrema necessidade de investimentos em programas de capacitação aparece várias vezes durante os depoimentos.

As metodologias participativas também não fazem parte do cotidiano das ações dos extensionistas. A afirmação de que sempre a praticaram com facilidade existe em razão de entendimento equivocado do termo, como se significasse apenas a realização de encontros em grupo para difusão de tecnologias que maximizem resultados e diminua os custos, fato perceptível por meio de termos utilizados no convênio com a municipalidade, nas respostas dos questionários e nos depoimentos. Dessa forma, o extensionista deixa de diagnosticar as potencialidades locais com os agricultores, de unir seu conhecimento técnico com o popular, de despertar nos agricultores a consciência crítica e de aproximar sua prática da extensão rural conceituada na PNATER, como o serviço de educação não formal e continuado. O conceito de extensão rural que aparece na política também foi questionado; afinal, como atuar tão perfeitamente e de forma continuada com um número tão grande de famílias, sem o preparo necessário e sem o número adequado de colegas para dividir as numerosas e diversas tarefas que são atribuídas? As chamadas públicas de ATER comprovam a limitada participação da EMATER-MG em projetos, visto que não só no Escritório Local da EMATER-MG de Muriaé, mas em muitos deles não existe a equipe multidisciplinar requerida e com profissionais formados por escolas técnicas e universidades que ressignificaram seus currículos.

Concluiu-se que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural não está próxima de ser efetivada no município de Muriaé, MG. A equipe do Escritório Local sabe que mudanças estão acontecendo e não se negam em adequar a elas; entretanto, na percepção deles, as principais dificuldades podem ser amenizadas por meio de programas de capacitação, estruturação dos escritórios locais e ampliação do quadro de pessoal. Os extensionistas também demonstraram que o desafio de efetivação da PNATER não é só deles e sim de todos os envolvidos no processo; que as estratégias de alcance do desenvolvimento rural sustentável devem ser elaboradas em rede, o que

aumenta a possibilidade de todos trabalharem juntos na melhoria das condições de vida das comunidades rurais e fazer com que os princípios da política sejam realidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989. 240 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2007. 26 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Resultado do Seminário Nacional de Ater**. Brasília, 2008. 65 p.

BRASIL. **Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Declaração Política da Primeira Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=9627230>. Acesso em: 01 jun. 2012.

CAPORAL, F.R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991. 124 p. Dissertação (Pós-Graduação em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

CAPORAL, F.R. Lei de Ater: exclusão da agroecologia e outras armadilhas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 23-33, 2011.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. In: MDA/SAF/DATER/IICA. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 2004.

CAPORAL, F.R.; RAMOS, L.F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, 2006.

CARNEIRO, M.J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 70-82, 1997.

COELHO, F.M.G. **A arte das orientações técnicas no campo** – concepções e métodos. Viçosa: UFV, 2005. 139 p.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COSTABEBER, J.A. Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 422 p. Tese (Doutorado em Agroecologia, Campesinato e História) – Universidad de Córdoba, Espanha.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M.R.; SUCENA, L.F.M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2002.

DIAS, M.M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Óikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007.

DIAS, M.M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2008.

DIAS, M.M. Condicionantes da ação extensionista como processo de interação. Viçosa: UFV, 2012. (Apostila).

DIESEL, V.; NEUMANN, P.S.; SILVEIRA, P.R.C.; FROELICH, J.M. Entendendo a diversidade e superando a fragmentação da ação extensionista. In: TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P. (Org.). **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. Montevideo: Universidad de la Republica - Facultad de Agronomía, 2006. p. 31-44.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER-MG. **Projeto Inovar**. Belo Horizonte, 2005. 44 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER-MG. **Relatórios de Atividades 2011**: Escritório Local de Muriaé. Muriaé, 2011. 28 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER-MG. **Missão, visão e foco da ação**. Disponível em: <www.EMATER.mg.gov/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=6>. Acesso em: 24 maio 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, 2006. 70 p.

FIÚZA, A.L.; PINTO, N.M.A.; AMODEO, N.B.P. Desenvolvimento agrícola produtivista ou agroecológico? Uma reflexão a cerca do caráter tutelar da Extensão Rural. In CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza. **Anais...** Brasília: SOBER, 2006.

FONSECA, M.T.L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 112 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 1996. 92 p. Disponível em: <www.sabotagem.revolt.org>. Acesso em: 08 mar. 2012.

GADOTTI, M.A. Questão da educação formal/não-formal. Sion, Suíça: Institut International des Droits de L'enfant (IDE), 2005.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GOHN, M.G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio Avaliação Políticas Públicas Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.

HECHT, S.B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M.A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. p. 25-31.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar. Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades/default.php>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural**: uma visão interdisciplinar - conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007. p. 11-45.

LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar**: do mito a realidade. Campinas: Unicamp, 1998.

LUZZI, N. Agricultura familiar e negociações internacionais. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 8-13, 2005.

LTEIF, A.P.A.S.; COELHO, F.M.G.; AMODEO, N.B.P. Análise das possibilidades e limitações da inovação na Interação técnico-agricultor a partir da nova proposta de Extensão rural de base agroecológica. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Brasília: SOBER, 2007. p. 1-11.

MENICUCCI, T. A implementação da reforma sanitária: a formação de uma política pública. In: HOCHMAN, Gilberto et al. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 87-122.

NORGAARD, R.B. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, M.A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. p. 42-46.

OLIVEIRA, C.C.B.; SANTOS, C.F.; SILVA, V.P. As redes sociais dentro da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – uma análise teórica da política pública. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO, 4, 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2007.

PÁDUA, J.A. **Desenvolvimento humano e meio ambiente no Brasil**. In: RECH, D.M.C. Direitos humanos no Brasil: diagnóstico e perspectivas: olhar dos parceiros de Miseror. Rio de Janeiro: Ceris/Mauad, 2003. p. 51. (Coletânea Ceris, 1).

PAULUS, G.; MULLER, A.M.; BARCELLOS, L.A.R. **Agroecologia aplicada: práticas e métodos para uma agricultura de base ecológica**. Porto Alegre: EMATER-RS, 2000. 86 p.

PETTAN, K.B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências**. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

RIBEIRO, J.P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: CPP/EMATER-MG, 2000. 270 p.

RODRIGUES, C.M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

SANTOS, A. (Orgs.). **Educação na era do conhecimento em redes e transdisciplinaridade**. Campinas: Alínea, 2005. p. 19-63.

SILVEIRA, P.R.C.; BALEM, T.A. Formação profissional e Extensão Rural: a incapacidade da superação do modelo agrícola. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 6, 2004, Aracaju. **Anais...** Aracaju, 2004.

VEIGA, J.L. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 24, p. 9-29, 1994.